

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	14
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	77
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	78
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	79
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	86.371
Preferenciais	0
Total	86.371
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	57.668.881	58.630.771
1.01	Ativo Circulante	15.859.334	13.326.453
1.01.01	Disponibilidades	137.942	168.525
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.136.200	3.376.358
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	2.000.437	3.275.927
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.135.763	100.431
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	4.573.657	1.747.783
1.01.03.01	Carteira Própria	2.456.078	1.362.688
1.01.03.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	2.110.199	242.819
1.01.03.03	Vinculados à Prestação de Garantias	0	142.276
1.01.03.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	7.380	0
1.01.04	Relações Interfinanceiras	894.002	526.650
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	61.319	508
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	831.955	525.291
1.01.04.03	Correspondentes	728	851
1.01.06	Operações de Crédito	5.360.594	5.082.117
1.01.06.01	Setor Público	42.102	75.318
1.01.06.02	Setor Privado	5.550.405	5.336.977
1.01.06.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-231.913	-330.178
1.01.08	Outros Créditos	1.726.811	2.395.068
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	954.270	855.128
1.01.08.02	Rendas a Receber	23.568	18.319
1.01.08.03	Negociação e Intermediação de Valores	140.580	20
1.01.08.04	Diversos	706.354	1.611.362
1.01.08.05	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-97.961	-89.761
1.01.09	Outros Valores e Bens	30.128	29.952
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	16.072	15.412
1.01.09.02	(Provisões para Desvalorizações)	-634	-581
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	14.690	15.121
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	41.577.726	45.071.845
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	33.637.334	37.942.241
1.02.02.01	Carteira de Própria	33.023.255	36.056.160
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	0	1.304.444
1.02.02.03	Vinculados a Prestação de Garantias	587.129	575.692
1.02.02.04	Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação	26.950	5.945
1.02.03	Relações Interfinanceiras	78.037	74.903
1.02.03.01	Tesouro Nacional - Recursos do Crédito Rural	0	152
1.02.03.02	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	78.037	74.751
1.02.05	Operações de Crédito	4.522.145	4.348.997
1.02.05.01	Setor Público	499.726	370.603
1.02.05.02	Setor Privado	4.296.620	4.252.385
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-274.201	-273.991
1.02.07	Outros Créditos	3.340.210	2.705.704

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1.02.07.01	Diversos	3.367.452	2.733.058
1.02.07.02	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-27.242	-27.354
1.03	Ativo Permanente	231.821	232.473
1.03.01	Investimentos	1.410	1.592
1.03.01.04	Outros Investimentos	6.696	6.878
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.286	-5.286
1.03.02	Imobilizado de Uso	229.690	230.318
1.03.02.01	Imóveis de Uso	281.360	174.027
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	319.042	314.731
1.03.02.03	(Depreciações Acumuladas)	-370.712	-365.572
1.03.02.04	Reavaliações de Imóveis de Uso	0	107.132
1.03.04	Intangível	721	563
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	721	563

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	57.668.881	58.630.771
2.01	Passivo Circulante	16.881.214	13.619.087
2.01.01	Depósitos	7.802.021	5.870.828
2.01.01.01	Depósitos a Vista	760.788	405.302
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	4.162.066	2.633.831
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	1.335.731	1.165.021
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	1.543.436	1.666.674
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	2.110.025	1.545.801
2.01.02.01	Carteira Própria	2.110.025	1.545.801
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	6.004	46.107
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	6.004	46.107
2.01.04	Relações Interfinanceiras	55.596	429
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	55.596	429
2.01.05	Relações Interdependências	15.059	3.493
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	15.054	3.381
2.01.05.02	Transferência Interna de Recursos	5	112
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	962.032	881.557
2.01.06.01	Empréstimo no Exterior	962.032	881.557
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	135.965	102.555
2.01.07.01	Tesouro Nacional	201	168
2.01.07.02	BNDES	116.030	88.080
2.01.07.03	FINAME	19.734	14.307
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	209.035	57.504
2.01.09	Outras Obrigações	5.585.477	5.110.813
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	48.777	1.699
2.01.09.02	Carteira de Câmbio	10.702	1.354
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	41.806	337.855
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	722.421	951.086
2.01.09.05	Negociação e Intermediação de Valores	153	153
2.01.09.06	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	2.314.259	1.193.931
2.01.09.07	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	0	250.000
2.01.09.08	Diversas	680.371	683.178
2.01.09.09	Rendas Antecipadas	10.000	0
2.01.09.10	Provisão para Garantias de Financeiras Prestadas	917.546	960.882
2.01.09.11	Passivos Atuariais	172.041	168.237
2.01.09.12	Provisão para Contingências	667.401	562.438
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	34.578.201	39.584.279
2.02.01	Depósitos	8.940.682	6.379.026
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	8.940.682	6.379.026
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	27.063	5.924
2.02.02.01	Carteira Própria	27.063	5.924
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.027.409	1.065.182
2.02.07.01	Tesouro Nacional	363	337
2.02.07.02	BNDES	1.006.995	1.030.853

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.02.07.03	FINAME	20.051	33.992
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	448.093	374.358
2.02.09	Outras Obrigações	24.134.954	31.759.789
2.02.09.01	Obrigações Fiscais Diferidas	517.198	401.124
2.02.09.02	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	14.865.973	22.462.547
2.02.09.03	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	2.636.040	2.545.199
2.02.09.04	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.295.889	1.301.040
2.02.09.05	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	1.839.113	1.787.943
2.02.09.06	Passivos Atuariais	2.794.639	3.261.936
2.02.09.07	Rendas Antecipadas	186.102	0
2.05	Patrimônio Líquido	6.209.466	5.427.405
2.05.01	Capital Social Realizado	5.569.988	3.813.000
2.05.03	Reservas de Reavaliação	13.685	13.726
2.05.03.01	Ativos Próprios	13.685	13.726
2.05.04	Reservas de Lucro	1.297.178	2.651.514
2.05.04.01	Legal	411.152	394.525
2.05.04.02	Estatutária	886.026	2.256.989
2.05.04.02.01	Reservas Especiais de Lucro	151.328	0
2.05.04.02.02	Reserva para Margem Operacional	197.807	1.494.389
2.05.04.02.03	Reserva para Equalização de Dividendos Complementares	536.891	762.600
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-903.990	-1.050.835
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-903.990	-1.050.835
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	232.605	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.028.201	3.076.271	1.483.115	4.340.245
3.01.01	Operações de Crédito	602.391	1.740.362	671.671	1.990.963
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	185.491	746.978	693.857	2.102.061
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.380	7.380	0	47.343
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	228.595	567.102	111.227	180.713
3.01.05	Resultado de Aplicações Compulsórias	4.344	14.449	6.360	19.165
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-390.806	-1.765.577	-850.919	-2.461.405
3.02.01	Operações de Captação no Mercado Aberto	-87.087	-324.878	-203.562	-693.216
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-285.877	-1.228.533	-553.026	-1.457.359
3.02.03	(Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa)	-17.842	-212.166	-94.331	-310.830
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	637.395	1.310.694	632.196	1.878.840
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-38.318	-233.866	-103.274	-182.597
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	700.281	2.059.230	694.636	1.972.396
3.04.02	Despesas de Pessoal	-595.934	-1.645.681	-498.009	-1.497.799
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-325.409	-985.294	-331.229	-952.718
3.04.04	Despesas Tributárias	-90.113	-252.232	-91.427	-269.462
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	628.212	1.611.388	472.773	1.513.049
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-355.355	-1.021.277	-350.018	-948.063
3.05	Resultado Operacional	599.077	1.076.828	528.922	1.696.243
3.06	Resultado Não Operacional	1.072	28.900	-2.336	-5.655
3.06.01	Receitas	1.826	31.644	1.250	22.570
3.06.02	Despesas	-754	-2.744	-3.586	-28.225
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	600.149	1.105.728	526.586	1.690.588
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-269.396	-584.905	-181.569	-433.175
3.09	IR Diferido	-6.728	156.400	24.922	-96.367
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-18.686	-39.347	-20.702	-67.032
3.10.01	Participações	-18.686	-39.347	-20.702	-67.032

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	305.339	637.876	349.237	1.094.014
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	3,5352	7,3853	4,04346	12,66646

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	305.339	637.876	349.237	1.094.014
4.02	Outros Resultados Abrangentes	15.544	146.886	81.998	35.035
4.02.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	-70.912	-299.827	137.388	666.922
4.02.02	Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	30.839	136.483	-54.953	-266.134
4.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	24	74	25	-3.903
4.02.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-11	-33	-10	1.561
4.02.05	Ganhos e Perdas Atuariais	101.098	563.980	-754	-605.685
4.02.06	Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais	-45.494	-253.791	302	242.274
4.03	Resultado Abrangente do Período	320.883	784.762	431.235	1.129.049

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.718.681	3.175.059
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.960.874	2.358.164
6.01.01.01	Lucro Líquido	637.876	1.094.014
6.01.01.02	Despesa de Depreciação e Amortização	9.275	8.597
6.01.01.03	Provisão Líquida para Créditos de Liquidação Duvidosa	199.063	268.772
6.01.01.04	Provisão Líquida para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	13.103	42.059
6.01.01.05	Provisão Líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Risco do FNE)	432.807	207.066
6.01.01.06	Provisão Líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Risco do FDNE)	632	38
6.01.01.07	Provisão Líquida para Contingências	62.792	130.716
6.01.01.08	Provisão Líquida para Outras Contingências	106.242	57.715
6.01.01.09	Passivo Atuarial Benefícios Pós Emprego	265.798	207.231
6.01.01.10	Provisão Instrumento de Dívida Elegível a Capital	51.363	215.568
6.01.01.12	Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	8.141	13.398
6.01.01.13	Ativo Fiscal Diferido	-156.400	96.367
6.01.01.14	Reversão de Provisão para Perdas em créditos Vinculados (SFH- Sistema Financeiro da Habitação)	-76	-25
6.01.01.15	Atualização Instrumento de Dívida Elegível a Capital	3.251	4.674
6.01.01.16	Provisão para Encargos sobre a Emissão de Letras Financeiras	21.174	16.607
6.01.01.17	Atualização Monetária sobre Depósitos Recursais	-8.358	-7.277
6.01.01.18	Provisão Líquida para Desvalorização de Outros Valores e Bens	66	2.644
6.01.01.19	Atualização Monetária de Dividendos e JCP	1.828	0
6.01.01.20	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	312.297	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.679.555	816.129
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-1.035.332	206.896
6.01.02.02	Relações Interfinanceiras e Interdependência	-303.677	-6.687
6.01.02.03	Operações de Crédito	-552.634	-188.646
6.01.02.04	Outros Créditos	393.001	205.091
6.01.02.05	Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-89.855	87.897
6.01.02.06	Crédito Tributário	165.351	-521.151
6.01.02.07	Outros Valores e Bens	477	-5.978
6.01.02.08	Depósitos	4.484.708	8.637
6.01.02.09	Captação no Mercado Aberto	585.363	-18.794
6.01.02.10	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-40.103	15.074
6.01.02.11	Obrigações por Empréstimos e Repasses	301.378	-66.011
6.01.02.12	Instrumentos Financeiros e Derivativos	-7.380	564.072
6.01.02.13	Outras Obrigações	-513.416	-623.333
6.01.02.14	Provisões	-350.697	415.603
6.01.02.15	Rendas Antecipadas	196.102	0
6.01.02.16	Outros Instrumentos Financeiros	-6.640.556	662.458
6.01.02.17	Obrigações Fiscais Diferidas	116.074	237.255
6.01.02.18	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-490.919	-184.266

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.01.02.19	Ajustes de Exercícios Anteriores	-2.591	28.012
6.01.02.20	Outros Ativos	105.151	0
6.01.03	Outros	0	766
6.01.03.01	Estorno da Realização da Reserva de Reavaliação - Resolução CMN N°4.535	0	796
6.01.03.02	Realização da Reserva de Reavaliação de junho de 2019 - Resolução CMN N°4.535	0	-30
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.001.430	-3.004.100
6.02.01	Inversões em Investimentos	-7	0
6.02.02	Inversões em Imobilizado de Uso	-9.864	-67.789
6.02.03	Inversões em Intangível	-158	-6.669
6.02.04	Inversões em Bens Não de Uso Próprio	-719	1.328
6.02.05	Alienação em Investimentos	189	19.385
6.02.06	Alienação de Imobiliado de Uso	1.217	3.206
6.02.09	Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	1.010.772	-2.953.561
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-588.821	-1.518.276
6.03.01	Dividendos e Bonificações Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-95.582	-131.538
6.03.02	Amortização do Instrumento da Dívida Elegível a Capital Principal	-250.000	0
6.03.03	Pagamento de Eurobônus	0	-1.208.582
6.03.04	Pagamento de Juros sobre Instrumentos de Dívida Elegível Capital Principal	-243.239	-178.156
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.306.072	-1.347.317
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.444.451	7.615.109
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.138.379	6.267.792

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	3.813.000	0	13.726	2.651.514	0	-1.050.835	5.427.405
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-2.591	0	-2.591
5.03	Saldo Ajustado	3.813.000	0	13.726	2.651.514	-2.591	-1.050.835	5.424.814
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	637.876	0	637.876
5.05	Destinações	0	0	0	402.652	-402.721	0	-69
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	402.652	-402.721	0	-69
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	16.627	-16.627	0	0
5.05.03.02	Reserva Para Margem Operacional	0	0	0	176.075	-176.075	0	0
5.05.03.03	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	0	58.691	-58.691	0	0
5.05.03.04	Reserva Especial de Lucros	0	0	0	151.328	-151.328	0	0
5.05.03.05	Outros (Transferência para Pagamento JCP Complementar 2019)	0	0	0	-69	69	0	0
5.05.03.06	Provisão para Dividendos/JCP Exercício 2019	0	0	0	0	-69	0	-69
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-41	0	41	146.845	146.845
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-163.344	-163.344
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-41	0	0	0	0
5.07.05	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	310.189	310.189
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	1.756.988	0	0	-1.756.988	0	0	0
5.08.01	Incorporação ao Capital por Homologação	1.756.988	0	0	-1.756.988	0	0	0
5.13	Saldo Final	5.569.988	0	13.685	1.297.178	232.605	-903.990	6.209.466

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.844.000	0	13.979	2.277.391	28.471	-950.962	4.212.879
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-488	0	-488
5.03	Saldo Ajustado	2.844.000	0	13.979	2.277.391	27.983	-950.962	4.212.391
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	1.094.014	0	1.094.014
5.05	Destinações	0	0	0	588.010	-855.166	0	-267.156
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-17.596	0	-17.596
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-249.560	0	-249.560
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	588.010	-588.010	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	37.239	-37.239	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	550.771	-550.771	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-45	0	-1.546	37.377	35.786
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	400.788	400.788
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-45	0	-1.546	0	-1.591
5.07.05	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-363.411	-363.411
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	969.000	0	0	-969.000	0	0	0
5.08.01	Transferência para Aumento de Capital	969.000	0	0	-969.000	0	0	0
5.13	Saldo Final	3.813.000	0	13.934	1.896.401	265.285	-913.585	5.075.035

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
7.01	Receitas	5.542.346	6.561.143
7.01.01	Intermediação Financeira	3.076.271	4.340.245
7.01.02	Prestação de Serviços	2.059.230	1.972.396
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-212.166	-310.830
7.01.04	Outras	619.011	559.332
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.553.411	-2.150.575
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-946.251	-917.025
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-67.293	-68.979
7.03.02	Serviços de Terceiros	-554.578	-512.738
7.03.04	Outros	-324.380	-335.308
7.04	Valor Adicionado Bruto	3.042.684	3.493.543
7.05	Retenções	-9.275	-8.597
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.275	-8.597
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.033.409	3.484.946
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.033.409	3.484.946
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	3.033.409	3.484.946
7.09.01	Pessoal	1.470.538	1.360.431
7.09.01.01	Remuneração Direta	996.551	948.624
7.09.01.02	Benefícios	404.225	345.183
7.09.01.03	F.G.T.S.	69.762	66.624
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	895.227	1.003.405
7.09.02.01	Federais	861.701	972.511
7.09.02.02	Estaduais	52	63
7.09.02.03	Municipais	33.474	30.831
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	29.768	27.096
7.09.03.01	Aluguéis	29.768	27.096
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	637.876	1.094.014
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	249.560
7.09.04.02	Dividendos	0	17.596
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	637.876	826.858

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

O BNB contratou no terceiro trimestre de 2020 um total de 1.329.382 operações de empréstimos e financiamentos de operações de crédito. Essas operações somaram R\$ 11,2 bilhões – crescimento de 14,9% em relação ao mesmo período de 2019.

Os recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) totalizaram, no terceiro trimestre de 2020, o valor de R\$ 7,6 bilhões e 253.788 operações, o que representa elevações de 20,3% no valor contratado e 62,5% na quantidade de operações, em relação ao terceiro trimestre de 2019.

Por meio de seu programa de microcrédito produtivo orientado urbano, o Crediamigo, o BNB desembolsou R\$ 3,5 bilhões, contratando 1.124.737 operações no terceiro trimestre de 2019 em apoio aos microempreendedores de toda a sua área de atuação. Em comparação com o terceiro trimestre de 2019, o BNB apresentou incrementos de 33,9% e 0,2%, respectivamente, no valor contratado e na quantidade de operações.

Já no que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, o BNB contratou 169.110 operações de financiamento, envolvendo recursos da ordem de R\$ 971,2 milhões no período, o que representa acréscimos de 17,7% no valor contratado e de 17,8% na quantidade de operações, em relação ao terceiro trimestre de 2019.

Dentro do Pronaf, o BNB opera o Agroamigo, programa de microcrédito produtivo e orientado para a área rural. No terceiro trimestre de 2020 foram contratadas nesta modalidade a quantidade 165.144 operações com agricultores familiares, que totalizaram R\$ 851,2 milhões (crescimento de 21,7% em relação a igual período de 2019).

No cômputo global do programa de microcrédito produtivo orientado do BNB, envolvendo o Crediamigo, para a área urbana, e o Agroamigo, para a área rural, foi contratado o montante de R\$ 4,3 bilhões no terceiro trimestre de 2020, totalizando 1.289.881 operações em apoio aos microempreendedores das zonas urbana e rural de toda a sua área de atuação. Esses resultados representaram crescimentos de 31,3% no valor contratado e 2,3% na quantidade de operações, comparando com o mesmo período de 2019.

No tocante ao apoio às micro e pequenas empresas, o BNB contratou o montante de R\$ 1.372,9 milhões ao longo do terceiro trimestre de 2020 e 15.669 operações, apresentando crescimentos de 49,8% no valor contratado e 41,1% na quantidade de operações.

Quanto ao resultado financeiro do BNB, houve lucro de R\$ 305,3 milhões no terceiro trimestre de 2020 – redução de 12,6% em relação ao terceiro trimestre de 2019, quando o Banco somou R\$ 349,2 milhões.

Demonstra-se, também, a composição do Lucro não Recorrente, o qual é apurado considerando-se a dedução de itens extraordinários ocorridos no período:

Comentário do Desempenho

Valores em R\$ milhões

	3T2019	3T2020	Var. R\$	Var. %
Lucro Líquido	349,2	305,3	(43,9)	-12,6%
(-) Resultados Extraordinários do Período				
Lei 13.340/13.606 (inclui Prodecer III)	(118,0)	-	118,0	-100,0%
<i>Impairment</i> de Títulos Públicos/Privados	-	82,5	82,5	
Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)	-	53,0	53,0	
Provisão Prudencial	-	5,4	5,4	
Efeito Tributário (IR + CSLL)	47,2	(64,0)	(111,2)	-235,6%
Lucro Líquido Recorrente	278,4	382,2	103,8	37,3%

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Trimestres e Períodos findos em 30 de Setembro de 2020 e de 2019 e
Exercício findo em 2019
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

Apresentamos, a seguir, as Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais do Banco do Nordeste do Brasil S.A., de 30.09.2020, acompanhadas das Notas Explicativas, elaboradas em conformidade com a Resolução nº 4.720, de 30.05.2019, do Conselho Monetário Nacional e Circular nº 3.959, de 04.09.2019, do Banco Central do Brasil, e de acordo com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil:

BALANCETE PATRIMONIAL			
(Valores em R\$ Mil)			
A T I V O			
		30.09.2020	31.12.2019
CIRCULANTE.....		15.859.334	12.766.795
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	(Nota 5)	2.138.379	3.444.451
INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....		13.450.830	8.736.284
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ.....	(Nota 6.a)	1.135.763	100.431
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	(Nota 7)	4.710.140	1.823.441
Carteira Própria.....		2.592.561	1.438.346
Vinculados a Compromissos de Recompra.....		2.110.199	242.819
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		7.380	
Vinculados a Prestação de Garantias.....			142.276
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....		894.002	526.650
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar.....		61.319	508
Depósitos no Banco Central.....	(Nota 8.a)	831.955	525.291
Correspondentes.....		728	851
OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	(Nota 9.a)	5.592.507	5.412.295
Setor Público.....		42.102	75.318
Setor Privado.....		5.550.405	5.336.977
OUTROS CRÉDITOS.....	(Nota 10.a)	1.118.418	873.467
Carteira de Câmbio.....	(Nota 10.a.a)	954.270	855.128
Rendas a Receber.....	(Nota 10.a.b)	23.568,00	18.319
Negociação e Intermediação de Valores.....	(Nota 10.a.c)	140.580,00	20
OUTROS ATIVOS.....		706.354	1.051.705
Diversos.....	(Nota 10.b.a)	706.354	1.051.705
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO.....	(Nota 9.d)	(329.874)	(419.939)
Operações de Crédito.....		(231.913)	(330.178)
Outros Créditos.....	(Nota 9.a)	(97.961)	(89.761)
OUTROS VALORES E BENS.....		30.128,00	29.952
Outros Valores e Bens.....		16.072	15.412
Provisões para Desvalorizações.....		(634)	(581)
Despesas Antecipadas.....		14.690	15.121
PROVISÕES PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS.....	(Nota 7.a.3)	(136.483)	(75.658)
NÃO CIRCULANTE.....		41.809.547	45.863.976
INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....		38.819.768	42.696.711
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	(Nota 7)	33.945.385	37.998.820
Carteira Própria.....		33.331.306	36.112.739
Vinculados a Compromissos de Recompra.....			1.304.444
Vinculados à Prestação de Garantias.....		587.129	575.692
Objetos de Operações Compromissadas Com Livre Movimentação.....		26.950,00	5.945
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....		78.037	74.903
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural.....			152
SFH - Sistema Financeiro da Habitação.....	(Nota 8.a)	78.037	74.751
OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	(Nota 9.a)	4.796.346	4.622.988
Setor Público.....		499.726	370.603
Setor Privado.....		4.296.620	4.252.385
OUTROS ATIVOS.....	(Nota 10.b)	439.321	199.121
Diversos.....	(Nota 10.b.a)	466.563	226.475
Provisão p/Outros Créd. de Liquidação Duvidosa Sem Característica de Concessão de Crédito.....	(Nota 10.b.b)	(27.242,00)	(27.354)
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO.....	(Nota 9.d)	(274.201)	(273.991)
Operações de Crédito.....		(274.201)	(273.991)
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.....	(Nota 21.c)	2.900.889	3.066.241
INVESTIMENTOS.....	(Nota 12.a)	1.410	1.592
Outros Investimentos.....		6.696	6.878
Provisão para Perdas.....		(5.286)	(5.286)
IMOBILIZADO.....	(Nota 12.b)	600.402	595.890
Imóveis de Uso.....		388.492	174.027
Reavaliações de Imóveis de Uso.....		0	107.132
Outras Imobilizações de Uso.....		319.042	314.731
INTANGÍVEL.....	(Nota 12.c)	721,00	563
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES.....	(Nota 12.b)	(370.712)	(365.572)
PROVISÕES PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS.....	(Nota 7.a.3)	(308.051)	(56.579)
TOTAL DO ATIVO.....		57.668.881	58.630.771

Notas Explicativas

BALANCETE PATRIMONIAL

(Valores em R\$ Mil)

P A S S I V O

		30.09.2020	31.12.2019
CIRCULANTE.....		16.881.214	13.619.087
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....		13.610.149	9.952.358
DEPÓSITOS.....	(Nota 13.b)	7.802.021	5.870.828
Depósitos à Vista.....		760.788	405.302
Depósitos de Poupança.....		4.162.066	2.633.831
Depósitos Interfinanceiros.....		1.335.731	1.165.021
Depósitos a Prazo.....		1.543.436	1.666.674
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO.....	(Nota 13.c)	2.110.025	1.545.801
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS.....	(Nota 15)	6.004	46.107
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....		55.596	429
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS.....		15.059	3.493
Recursos em Trânsito de Terceiros.....		15.054	3.381
Transferências Internas de Recursos.....		5	112
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS.....	(Nota 14.c)	962.032	881.557
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS.....	(Nota 14.b)	135.965	102.555
Tesouro Nacional.....		201	168
BNDES.....		116.030	88.080
FINAME.....		19.734	14.307
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR.....	(Nota 14.d)	209.035	57.504
OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....		2.314.412	1.444.084
Negociação e Intermediação de Valores.....		153	153
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento.....		2.314.259	1.193.931
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	(Nota 17.a e 17.b)	-	250.000
OUTRAS OBRIGAÇÕES.....		1.504.077	1.975.172
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados.....	(Nota 16.a)	48.777	1.699
Carteira de Câmbio.....	(Nota 16.b)	10.702	1.354
Sociais e Estatutárias.....	(Nota 16.c)	41.806	337.855
Fiscais e Previdenciárias.....	(Nota 16.d)	722.421	951.086
Diversas.....	(Nota 16.e)	680.371	683.178
PROVISÕES.....		1.756.988	1.691.557
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas.....	(Nota 9.f.1)	917.546	960.882
Passivos Atuariais.....	(Nota 24.o e 28.a.2)	172.041	168.237
Provisão para Contingências.....	(Nota 22.f)	667.401	562.438
RENDAS ANTECIPADAS.....	(Nota 18)	10.000	-
NÃO CIRCULANTE.....		34.578.201	39.584.279
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....		29.241.149	34.133.276
DEPÓSITOS.....	(Nota 13.b)	8.940.682	6.379.026
Depósitos a Prazo.....		8.940.682	6.379.026
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO.....	(Nota 13.c)	27.063	5.924
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS.....	(Nota 14.b)	1.027.409	1.065.182
Tesouro Nacional.....		363	337
BNDES.....		1.006.995	1.030.853
FINAME.....		20.051	33.992
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR.....	(Nota 14.d)	448.093	374.358
OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....		18.797.902	26.308.786
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento.....		14.865.973	22.462.547
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital.....	(Nota 17.c)	2.636.040	2.545.199
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	(Nota 17.a e 17.b)	1.295.889	1.301.040
PROVISÕES.....		4.633.752	5.049.879
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas.....	(Nota 9.f.1) (Nota 24.o e 28.a.2)	1.839.113	1.787.943
Passivos Atuariais.....		2.794.639	3.261.936
OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS.....		517.198	401.124
RENDAS ANTECIPADAS.....	(Nota 18)	186.102	0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	(Nota 19)	6.209.466	5.427.405
CAPITAL.....		5.569.988	3.813.000
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO.....		13.685	13.726
RESERVAS DE LUCROS.....		1.297.178	2.651.514
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....		(903.990)	(1.050.835)
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS.....		232.605	-
TOTAL DO PASSIVO.....		57.668.881	58.630.771

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
(Valores em R\$ Mil)			
		01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		3.076.271	4.340.245
Operações de Crédito.....	(Nota 9.a.2)	1.740.362	1.990.963
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	(Nota 7.b)	746.978	2.102.061
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		7.380	47.343
Resultado de Operações de Câmbio	(Nota 11.b)	567.102	180.713
Resultado das Aplicações Compulsórias	(Nota 8.b)	14.449	19.165
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		(1.765.577)	(2.461.405)
Operações de Captação no Mercado.....	(Nota 13.d)	(324.878)	(693.216)
Operações de Empréstimos e Repasses.....	(Nota 14.e)	(1.228.533)	(1.457.359)
Provisão para Risco de Crédito	(Nota 9.e)	(212.166)	(310.830)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		1.310.694	1.878.840
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		3.670.618	3.485.445
Receitas de Prestação de Serviços.....	(Nota 20.a)	1.985.589	1.901.542
Rendas de Tarifas Bancárias.....	(Nota 20.b)	73.641	70.854
FNE-Del credere.....	(Nota 20.f)	1.410.828	1.176.226
Outras Receitas Operacionais.....	(Nota 20.g)	200.560	336.823
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		(3.904.484)	(3.668.042)
Despesas de Pessoal	(Nota 20.c)	(1.645.681)	(1.497.799)
Outras Despesas Administrativas.....	(Nota 20.d)	(985.294)	(952.718)
Despesas Tributárias.....	(Nota 20.e)	(252.232)	(269.462)
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas.....	(Nota 20.h)	(443.169,00)	(214.059)
Provisão para Contingências Passivas.....	(Nota 20.i)	(170.094,00)	(188.666)
Outras Despesas Operacionais.....	(Nota 20.j)	(408.014)	(545.338)
RESULTADO OPERACIONAL		1.076.828	1.696.243
RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....		28.900	(5.655)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES.....		1.105.728	1.690.588
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 21)	(428.505)	(529.542)
Provisão para Imposto de Renda.....		(324.891,00)	(267.581)
Provisão para Contribuição Social		(260.014)	(165.594)
Ativo Fiscal Diferido.....		156.400	(96.367)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO.....	(Nota 25)	(39.347)	(67.032)
LUCRO LÍQUIDO.....		637.876	1.094.014
Nº de Ações (em mil)		86.371	86.371
Lucro Líquido por Ação Básico/Diluído (em R\$)		7,39	12,67

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRAGENTE		
(Valores em R\$ Mil)		
	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
LUCRO LÍQUIDO	637.876	1.094.014
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado	(163.303)	398.446
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda.....	(299.827)	666.922
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda.....	136.483	(266.134)
Realização da Reserva de Reavaliação	74	(3.903)
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(33)	1.561
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado	310.189	(363.411)
Ganhos ou Perdas Atuariais.....	563.980	(605.685)
Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais	(253.791)	242.274
RESULTADO ABRANGENTE	784.762	1.129.049

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA (Valores em R\$ Mil)		
	30.09.2020	30.09.2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do período	637.876	1.094.014
Ajustes ao Lucro Líquido:		
Despesas de Depreciação e Amortização.....	9.275	8.597
Provisão Líquida para Desvalorização de Outros Valores e Bens.....	66	2.644
Provisão Líquida para Risco de Crédito sobre Operações de Crédito do Banco	199.063	268.772
Provisão Líquida para Risco de Crédito sobre Operações de Outros Créditos do Banco	13.103	42.059
Provisão Líquida sobre Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FNE)	432.807	207.066
Provisão Líquida sobre Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FDNE)	632	38
Provisão Líquida para Contingências.....	62.792	130.716
Provisão Líquida para Outras Contingências.....	106.242	57.715
Passivos Atuariais (Benefícios pós-emprego)	265.798	207.231
Provisão sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal.....	51.363	215.568
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	8.141	13.398
Ativo Fiscal Diferido.....	(156.400)	96.367
Provisão Líquida para Perdas em Créditos Vinculados-SFH.....	(76)	(25)
Atualização sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal.....	3.251	4.674
Provisão para encargos sobre emissão de Letras Financeiras	21.174	16.607
Atualização Monetária sobre Depósitos Recursais.....	(8.358)	(7.277)
Atualização Monetária de Dividendos e JCP.....	1.828	-
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos.....	312.297	-
Lucro Líquido Ajustado	1.960.874	2.358.164
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(1.035.332)	206.896
Relações Interfinanceiras e Interdependências	(303.677)	(6.687)
Operações de Crédito.....	(552.634)	(188.646)
Outros Créditos.....	393.001	205.091
Outros Ativos.....	105.151	-
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.....	(89.855)	87.897
Créditos Tributários.....	165.351	(521.151)
Outros Valores e Bens.....	477	(5.978)
Depósitos.....	4.484.708	8.637
Captações no Mercado Aberto	585.363	(18.794)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	(40.103)	15.074
Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	301.378	(66.011)
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(7.380)	564.072
Outras Obrigações.....	(513.416)	(623.333)
Provisões.....	(350.697)	415.603
Rendas Antecipadas.....	196.102	-
Outros Instrumentos Financeiros.....	(6.640.556)	662.458
Obrigações Fiscais Diferidas.....	116.074	237.255
Estorno de Realização da Reserva de Reavaliação - Resolução CMN Nº 4.535.....	-	796
Realização de Reserva de Reavaliação de junho de 2019-Resolução CMN Nº 4.535.....	-	(30)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos.....	(490.919)	(184.266)
Ajustes de Exercícios Anteriores.....	(2.591)	28.012
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.718.681)	3.175.059
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Inversões em Investimentos.....	(7)	-
Inversões em Imobilizado de Uso.....	(9.864)	(67.789)
Inversões em Intangível.....	(158)	(6.669)
Inversões em Bens Não de Uso Próprio.....	(719)	1.328
Alienação de Investimentos.....	189	19.385
Alienação(Baixa) de Imobilizado de Uso.....	1.217	3.206
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda.....	1.010.772	(2.953.561)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	1.001.430	(3.004.100)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio e de Dividendos.....	(95.582)	(131.538)
Pagamento de Juros sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	(243.239)	(178.156)
Amortização de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal.....	(250.000)	-
Pagamento de Eurobônus.....	-	(1.208.582)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(588.821)	(1.518.276)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.306.072)	(1.347.317)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No Início do Período.....	3.444.451	7.615.109
No Fim do Período.....	2.138.379	6.267.792
Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.306.072)	(1.347.317)

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
(Valores em R\$ Mil)									
EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE REAValiaÇÃO	RESERVAS DE LUCROS				OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
	CAPITAL	ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	RESERVA PARA MARGEM OPERACIONAL	RESERVA PARA EQUALIZAÇÃO DE DIVIDENDOS COMPLEMENTARES	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS			
SALDOS EM 31.12.2019	3.813.000	13.726	394.525	1.494.389	762.600	-	(1.050.835)	-	5.427.405
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES:									
Credores.....								218	218
Devedores.....								(2.809)	(2.809)
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:									
Ajustes de Avaliação Patrimonial de TVM (Líquidos dos Efeitos Tributários)							(163.344)		(163.344)
Ganhos ou Perdas Atuariais (Líquido dos Efeitos Tributários)							310.189		310.189
AUMENTO DE CAPITAL:									
Proveniente de Reservas:									
Incorporação ao Capital.....	1.756.988			(1.472.588)	(284.400)				
OUTROS EVENTOS:									
Reavaliação de Ativos:									
Constituição de Reservas (Líquido dos Efeitos Tributários)		(41)						41	
OUTROS (Transferência para Lucros ou Prejuízos Acumulados - AGO de 27.03.2020)					(69)			69	
Provisão para Dividendos Complementares Exerc. 2019-AGO de 27.03.2020.....								(69)	(69)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO JAN A SET/20.....								637.876	637.876
DESTINAÇÕES DO LUCRO DO 1º SEMESTRE:									
Reservas Legal e Estatutárias.....			16.627	176.075	58.691			(251.393)	
Reservas Especiais de Lucros.....						78.581		(78.581)	
DESTINAÇÕES DO LUCRO DO PERÍODO JUL A SET/20:									
Reservas Especiais.....						72.747		(72.747)	
Lucros.....									
SALDOS EM 30.09.2020	5.569.988	13.685	411.152	197.807	536.891	151.328	(903.990)	232.605	6.209.466
MUTAÇÕES DO PERÍODO	1.756.988	(41)	16.627	(1.296.582)	(225.709)	151.328	146.845	(151.328)	398.128

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
(Valores em R\$ Mil)									
EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS				OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
	CAPITAL	ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	RESERVA PARA MARGEM OPERACIONAL	RESERVA PARA EQUALIZAÇÃO DE DIVIDENDOS COMPLEMENTARES	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS			
SALDOS EM 31.12.2018	2.844.000	13.979	307.691	1.400.900	568.800	-	(950.962)	28.471	4.212.879
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES:									
Credores.....								(488)	(488)
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:									
Ajustes de Avaliação Patrimonial de TVM (Líquidos dos Efeitos Tributários)							400.788		400.788
Ganhos ou Perdas Atuariais (Líquido dos Efeitos Tributários)							(363.411)		(363.411)
AUMENTO DE CAPITAL:									
Incorporação ao Capital.....	969.000			(969.000)					
OUTROS EVENTOS:									
Reavaliação de Ativos:									
Constituição de Reservas (Líquida dos Efeitos Tributários)		(45)						(1.546)	(1.591)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO JAN A SET/19.....								1.094.014	1.094.014
DESTINAÇÕES DO LUCRO DO 1º SEMESTRE:									
Reservas Legal e Estatutárias.....			37.239	550.771				(588.010)	
DESTINAÇÕES DO LUCRO DO PERÍODO JUL A SET/19:									
Juros sobre o Capital Próprio								(17.596)	(17.596)
Dividendos								(249.560)	(249.560)
SALDOS EM 30.09.2019	3.813.000	13.934,00	344.930	982.671	568.800	0	(913.585)	265.285	5.075.035
MUTAÇÕES DO PERÍODO	969.000	(45)	37.239	(1.296.582)	0	0	37.377	236.814	862.156

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
(Valores em R\$ Mil)				
	30.09.2020	%	30.09.2019	%
RECEITAS	5.542.346		6.561.143	
Intermediação Financeira	3.076.271		4.340.245	
Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias	2.059.230		1.972.396	
Provisão para Risco de Crédito	(212.166)		(310.830)	
Outras Receitas/Despesas	619.011		559.332	
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.553.411)		(2.150.575)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(946.251)		(917.025)	
Materiais, Energia e Outros	(67.293)		(68.979)	
Serviços de Terceiros	(554.578)		(512.738)	
Outras	(324.380)		(335.308)	
Processamento de Dados e Telecomunicações	(188.260)		(200.172)	
Propaganda, Promoções e Publicações	(23.512)		(13.958)	
Transportes	(20.195)		(20.204)	
Segurança	(46.439)		(48.320)	
Viagens	(5.770)		(11.946)	
Outras	(40.204)		(40.708)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.042.684		3.493.543	
RETENÇÕES	(9.275)		(8.597)	
Depreciação, amortização e exaustão	(9.275)		(8.597)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	3.033.409		3.484.946	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	3.033.409		3.484.946	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	3.033.409		3.484.946	
PESSOAL	1.470.538	48,5%	1.360.431	39,0%
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	996.551	32,9%	948.624	27,2%
Proventos	957.204		881.592	
Participação nos lucros	39.347		67.032	
BENEFÍCIOS	404.225	13,3%	345.183	9,9%
Provisões (Benefícios pós-emprego)	266.658		208.269	
Benefícios - Outros	137.567		136.914	
FGTS	69.762	2,3%	66.624	1,9%
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	895.227		1.003.405	
Federais	861.701		972.511	
Estaduais	52		63	
Municipais	33.474		30.831	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	29.768	1,0%	27.096	0,8%
Aluguéis	29.768		27.096	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	637.876	21,0%	1.094.014	31,4%
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	-	0,0%	249.560	7,2%
União	-		138.391	
Outros	-		111.169	
DIVIDENDOS	-	0,0%	17.596	0,5%
União	-		9.758	
Outros	-		7.838	
LUCROS RETIDOS NO PERÍODO	637.876	21,0%	826.858	23,7%

Notas Explicativas

Índice das Notas Explicativas

Nota 1 - O Banco e suas Características	Nota 16 - Outras Obrigações
Nota 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais	Nota 17 - Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital
Nota 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 18 - Rendas Antecipadas
Nota 4 - Informações por Segmento	Nota 19 - Patrimônio Líquido
Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 20 - Outras Receitas/Despesas Operacionais
	Nota 21 - Impostos e Contribuições
Nota 6 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22 - Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	
Nota 8 - Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 23 - Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	Nota 24 - Benefícios Pós-Emprego
Nota 10 - Outros Créditos	Nota 25 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)
Nota 11 - Carteira de Câmbio	Nota 26 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 12 - Investimentos, Imobilizado e Intangíveis	Nota 27 - Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 13 - Depósitos e Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas	Nota 28 - Partes Relacionadas
Nota 14 - Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 29 - Outras Informações
Nota 15 - Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	Nota 30 - Eventos Subsequentes

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (Banco) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, controlado pela União Federal e tem por missão: "Atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas, bem como de parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais foram preparadas e apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e alterações posteriores), normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Resolução CMN n.º 4.720, de 30.05.2019 e a Circular Bacen nº 3.959, de 04.09.2019 alteraram, a partir de 01.01.2020, os critérios gerais de elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras até então vigentes, com destaque para a segregação do Ativo e Passivo do Balanço Patrimonial em Circulante e Não Circulante, mudança na forma de apresentação da Demonstração do Resultado (DR) e exigência de apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente (DRA). Registra-se que a adoção dessas medidas não proporcionou qualquer impacto em relação aos critérios até então adotados pelo Banco; no entanto, para fins de comparabilidade, foram alterados os formatos de apresentação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado a partir do exercício de 2019, para adequação ao novo formato, sem quaisquer alterações de itens e valores desses Demonstrativos.

Notas Explicativas

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional, porquanto a administração avalia que o Banco possui recursos suficientes para continuar operando no cumprimento de sua missão e objeto social, inexistindo incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre essa capacidade de continuar operando normalmente.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nestas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 640, de 07.10.2010);
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (Resoluções nºs 3.604, de 29.08.2008 e 4.720, de 30.05.2019, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 21(R1) - Demonstrações Intermediárias (Deliberação CVM nº 673, de 20.10.2011);
- CPC 22 – Informações por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Evento Subsequente (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 760, de 22.12.2016);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Resolução nº 4.535, de 24.11.2016, do CMN);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN);
- CPC 41 – Resultado por Ação (Circular Bacen nº 3.959, de 04.09.2019); e
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (Resolução nº 4.748, de 29.08.2019, do CMN).

NOTA 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio de fechamento, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo o regime de competência, e considerando o critério *pro rata temporis*.

Notas Explicativas

c) Ativo Circulante e Não Circulante e Passivo Circulante e Não Circulante

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do FNE classificados no Passivo Circulante e Não Circulante, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis são classificados no Ativo Circulante e Não Circulante, e os exigíveis, no Passivo Circulante e Não Circulante, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, e estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Não Circulante dos Títulos Disponíveis para Venda e dos Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

A metodologia de apuração a valor justo dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida observando-se critérios consistentes e verificáveis, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão);

2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na B3 S.A.; e

3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio; neste caso, o valor presente é apurado mediante fluxo de caixa descontado pela taxa de mercado, líquido do fator de risco e do desconto pela baixa liquidez, a exemplo de Letras Financeiras e Debêntures.

Os Títulos e Valores Mobiliários sujeitos ao valor justo, seja pela coleta de preços no mercado, seja por modelo de precificação interna, estão sob a influência de vários fatores, dentre eles: taxas de juros, variação cambial, *rating* e liquidez dos títulos, cenários políticos, econômicos e sanitários. Todos esses e outros fatores impactam o custo de oportunidade desses Ativos, afetando os valores com que são negociados no mercado secundário, ou as taxas de desconto a valor presente utilizadas nas metodologias de precificação interna (precificação pelo fluxo de caixa descontado). Dessa forma, entende-se que os valores dos TVMs poderão sofrer variações significativas em decorrência de mudanças nos fatores citados.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo defluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Notas Explicativas

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição, atualizado pelos rendimentos, é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

g) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

São classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por, no mínimo, cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

Considerando-se o cenário de pandemia, em função do Covid-19, entende-se que as operações de crédito sejam suscetíveis aos impactos provocados em todos os setores da economia, em maior ou menor intensidade, tendo em vista as incertezas sociais e econômicas. Dessa forma, para os próximos meses, no tocante ao gerenciamento do risco de crédito, imagina-se que possa haver elevação dos níveis de inadimplência e, por conseguinte, dos volumes de provisão de crédito. Como forma de mitigação desses riscos, o Banco constituiu as provisões prudenciais referenciadas nas Notas Explicativas 9.c, 25.d e 29.a.

h) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas pelo custo e amortizadas à medida da realização dos serviços ou geração dos benefícios.

i) Investimentos, Imobilizado e Intangível

Investimentos: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso: avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável e da respectiva depreciação, que está calculada pelo método linear, a partir do momento de disponibilidade do ativo para uso, considerando a vida útil estimada dos bens: Edificações e Instalações – 40 a 60 anos; Móveis e Utensílios – 10 a 45 anos; Máquinas e Equipamentos – 15 a 35 anos; Aeronaves – 20 anos; e Veículos (automóveis, tratores e bicicletas) – 10 a 30 anos. Terrenos e obras de arte não são depreciados. O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revisados a cada ano.

Intangível: corresponde a ativos não monetários identificáveis, sem substâncias físicas, adquiridos ou desenvolvidos internamente e destinados à manutenção das atividades do Banco.

j) Tributos

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 mil no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 15%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. A Emenda Constitucional nº 103/2019 elevou a alíquota da CSLL para 20%, a partir de 01.03.2020. O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. O ISSQN é calculado de acordo com a legislação de cada município, com as alíquotas variando entre 2% a 5%.

A carga tributária total de IRPJ e CSLL é composta da provisão para esses tributos (despesa corrente + passivo fiscal diferido) e do ativo fiscal diferido. A despesa corrente refere-se ao montante efetivamente recolhido ao erário. Os ativos e os passivos fiscais diferidos são tributos diferidos originários de prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL e diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. As diferenças temporárias decorrem, por exemplo, de: provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para benefícios pós-emprego, outras provisões contingenciais, ajustes a valor de mercado, receitas oriundas de renegociações - tributadas pelo regime de caixa (artigo 12, § 2º da Lei nº 9.430 de 27.12.1996), depreciação etc.

Notas Explicativas

A constituição dos ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ/CSLL é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudo técnico realizado semestralmente, considerando as alíquotas dos tributos vigentes no período de realização destes ativos. Os Créditos Tributários são registrados de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa, estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002 e pela Circular Bacen nº 3.171/2002. No caso dos Passivos Fiscais Diferidos, essa legislação não estabelece limites para constituição e manutenção, haja vista que a sua realização prescinde de lucros futuros.

Os Créditos Tributários e Passivos Fiscais Diferidos são objeto de realização de acordo com a sua origem e são alocados, respectivamente, no Ativo e Passivo Não Circulante. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição, tendo como principais critérios de realização:

- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: a) cronograma de reembolso do crédito; e b) enquadramento em perdas conforme a Lei nº 9.430/1996;
- Demais Provisões: previsão de pagamento (fluxo de contribuições, previsão de desenlace das ações etc);
- Ajuste a Valor de Mercado: prazo do contrato;
- Receitas oriundas de renegociações, tributadas pelo regime de caixa (art. 12, § 2º da Lei nº 9.430/1996) cronograma de reembolso do crédito; e
- Depreciação: previsão da apropriação das despesas de depreciação.

Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando-se o limite de 30% da referida base.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto quando resultam de uma transação reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido no Patrimônio Líquido (em Outros Resultados Abrangentes).

k) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, além de plano de assistência médica e de seguro de vida em grupo, ambos do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Outros Resultados Abrangentes”, no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

Como forma de mitigar as incertezas decorrentes dos cálculos atuariais, o Banco conta com os serviços de consultoria especializada que, trimestralmente, efetua a remensuração desses cálculos, que inclui análise de sensibilidade, contemplando a simulação de cenários das premissas consideradas mais relevantes, tais como: taxa de juros, tábua de mortalidade e inflação médica.

l) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

São reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério *pro rata die*.

Notas Explicativas

m) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes e dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

n) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e do passivo contingente, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota, exceto nos processos em trâmite nos Juizados Especiais Cíveis e Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, cujas avaliações de provisão são feitas com base na média histórica de perdas.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Exceto se obrigação legal, para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

o) Dívidas Subordinadas

Estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extramercado, divulgada pelo Bacen, quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

p) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados ao dividendo mínimo.

q) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida, como também, para constituição e realização de Ativo/Passivo Fiscal Diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

r) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

Notas Explicativas

NOTA 4 - Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

- a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e
- b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A performance de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os períodos findos em 30.09.2020 e 30.09.2019.

A tabela a seguir apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”:

Especificação	01.01 a 30.09.2020			01.01 a 30.09.2019		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	2.756.477	1.960.082	4.716.559	3.441.815	2.405.825	5.847.639
Receitas de Operações de Crédito	1.740.362	-	1.740.362	1.990.963	-	1.990.963
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	207.441	539.537	746.978	879.414	1.222.647	2.102.061
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.380	-	7.380	47.343	-	47.343
Resultado de Operações de Câmbio	567.102	-	567.102	180.713	-	180.713
Resultado de Aplicações Compulsórias	14.449	-	14.449	19.166	-	19.165
Outras Receitas	219.743	1.420.545	1.640.288	324.216	1.183.178	1.507.394
Despesas	(1.198.655)	(1.009.446)	(2.208.101)	(1.223.465)	(1.451.958)	(2.675.423)
Despesas de Captação no Mercado	(324.878)	-	(324.878)	(693.216)	-	(693.216)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(661.611)	(566.922)	(1.228.533)	(219.419)	(1.237.940)	(1.457.359)
Provisão para Risco de Crédito	(212.166)	(442.524)	(654.690)	(310.830)	(214.018)	(524.848)
Margem Financeira	1.557.822	950.636	2.508.458	2.218.350	953.867	3.172.216
Rendas de Prestação de Serviços	540.020	1.445.569	1.985.589	479.374	1.422.168	1.901.542
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	73.641	-	73.641	70.854	-	70.854
Pasep e Cofins	(64.949)	(152.667)	(217.616)	(67.700)	(169.750)	(237.450)
Resultado após Tarifas e Comissões	2.106.534	2.243.538	4.350.072	2.700.878	2.206.285	4.907.162
Despesas Administrativas			(2.630.975)			(2.450.517)
Despesas de Pessoal			(1.645.681)			(1.497.799)
Depreciação e Amortização			(9.275)			(8.597)
Outras Despesas Administrativas			(976.019)			(944.121)
Outras Despesas			(443.348)			(577.627)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(170.021)			(188.430)
Lucro antes da Tributação e Participações			1.105.728			1.690.588
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(428.505)			(529.542)
Participações no Lucro			(39.347)			(67.032)
Lucro Líquido			637.876			1.094.014

Notas Explicativas

NOTA 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	30.09.2020	31.12.2019
Disponibilidades em Moeda Nacional	134.258	166.586
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	3.684	1.939
Total da Disponibilidade de Caixa	137.942	168.525
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	2.000.437	3.275.926
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.138.379	3.444.451

⁽¹⁾ Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 6 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	30.09.2020	31.12.2019
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.135.763	100.431
Aplicações em Moedas Estrangeiras	55.702	24.440
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.080.061	75.991
Total	1.135.763	100.431
Circulante	1.135.763	100.431

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	30.09.2020	31.12.2019
Títulos Disponíveis para Venda ⁽¹⁾ (Nota 7.a.2)	37.922.702	39.423.052
Títulos Mantidos até o Vencimento (Nota 7.a.5)	280.909	266.972
Diferencial a Receber Swap (Nota 7.c)	7.380	-
Total ⁽¹⁾	38.210.991	39.690.024
Circulante	4.573.657	1.747.783
Não Circulante	33.637.334	37.942.241

⁽¹⁾ Líquido das Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Notas Explicativas

a.2) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Títulos Disponíveis para Venda	30.09.2020									31.12.2019		
	Valor de Mercado					Vencimento Final	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Nível de Mensuração a Valor Justo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias							
Títulos de Renda Fixa	13.000	7.327	235.648	4.266.454	32.769.296		37.208.247	37.291.725	83.478		38.650.858	371.940
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	107.063	4.266.454	28.628.744	2021 a 2025	33.107.408	33.002.261	(105.147)	Nível 1	34.367.391	9.960
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	3.000.019	2050 a 2055	2.555.940	3.000.019	444.079	Nível 1	3.255.427	878.789
Letras Financeiras	-	7.327	128.561	-	1.058.977	2020 a 2023	1.227.760	1.194.865	(32.895)	Nível 3	887.069	(33.827)
Debêntures	13.000	-	-	-	78.871	2035	313.892	91.871	(222.021)	Nível 3	137.935	(444.237)
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	2.629	2027	3.161	2.629	(532)	Nível 2	2.959	(597)
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	1993	-	-	-		-	(38.141)
Títulos da Dívida Agrária	-	-	24	-	56	2020 a 2022	86	80	(6)	Nível 2	77	(7)
Cotas de Fundos de Investimentos	505	-	-	-	-		2.082	505	(1.577)		487	(1.602)
Fundos de Desenvolvimento Social (FDS)	-	-	-	-	-	Sem Vencimento	1.577	-	(1.577)	Nível 3	-	(1.602)
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	462	-	-	-	-	Sem Vencimento	462	462	-	Nível 2	445	-
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	43	-	-	-	-	Sem Vencimento	43	43	-	Nível 2	42	-
Títulos de Renda Variável	43.343	-	-	-	-		23.241	43.343	20.102		53.739	30.498
Outros Incentivos Fiscais – Finor	218	-	-	-	-	Sem Vencimento	109	218	109	Nível 1	171	62
Ações de Companhias Abertas	43.125	-	-	-	-	Sem Vencimento	23.132	43.125	19.993	Nível 1	53.568	30.436
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	-	-	587.129		588.215	587.129	(1.086)		717.968	(91)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	587.129	2022 a 2025	588.215	587.129	(1.086)	Nível 1	717.968	875
Títulos Públicos Federais – Outro	-	-	-	-	-		-	-	-		-	(966)
Total da Categoria	56.848	7.327	235.648	4.266.454	33.356.425		37.821.785	37.922.702	100.917		39.423.052	400.745
Crédito Tributário (Nota 21.c.i)									163.468			231.429
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d.e)									(208.881)			(413.323)
Total do Ajuste a Valor de Mercado									55.504			218.851

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 546.509 (R\$ 535.858 em 31.12.2019); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 3.330 (R\$ 3.265 em 31.12.2019); Garantias em Processos Judiciais R\$ 7.242 (R\$ 149.288 em 31.12.2019); e Demais Garantias R\$ 30.048 (R\$ 29.557 em 31.12.2019).

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, encontra-se registrado em “Outros Resultados Abrangentes”, o saldo de “Ajuste a Mercado”, de R\$ 100.917 (R\$ 400.745 em 31.12.2019). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ 55.505 (R\$ 218.851 em 31.12.2019).

Notas Explicativas

a.3) Perdas Permanentes com Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda

Especificação	Custo	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos ⁽¹⁾	Custo Líquido de Provisão	
			30.09.2020	31.12.2019
Letras Financeiras	1.227.760	-	1.227.760	920.896
Debêntures	720.705	(404.710)	313.892	582.172
Títulos Públicos Federais Outros	39.824	(39.824)	-	39.107
Total 30.09.2020	1.988.289	(444.534)	1.541.652	
Circulante		(136.483)		
Não Circulante		(308.051)		
Total 31.12.2019	1.674.412	(132.237)		1.542.175
Circulante		(75.658)		
Não Circulante		(56.579)		

⁽¹⁾ Consoante previsto no artigo 6º, da Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001 foi reconhecido como perda de caráter permanente o valor de R\$ 312.297, sendo: (a) R\$ 39.825 que estava registrado em "Títulos Públicos Federais – Outros", referente à baixa dos títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, a partir de informações obtidas pelo Banco, quanto a dificuldades para a sua recuperabilidade; (b) R\$ 272.472 da carteira de Debêntures. (No exercício de 2019, houve o reconhecimento de perda permanente do valor de R\$ 126.781, da carteira de Debêntures).

a.4) Movimentação dos Títulos mensurados a valor Justo (Nível 3)

Especificação	Letras Financeiras	Debêntures	Letras Financeiras Bloqueadas
Saldo em 31.12.2019	887.068	137.935	-
Compras/ Bloqueio Judicial	380.846	-	6.054
Venda/ Bloqueio Judicial	(103.516)	-	(6.154)
Amortização/Juros	-	(3.732)	-
Rendas	29.535	15.614	100
Desvalorização do Período	-	(7.433)	-
Perdas Permanentes ⁽¹⁾	-	(272.729)	-
Ajuste a Mercado ⁽²⁾	932	222.216	-
Saldo em 30.09.2020	1.194.865	91.871	-

⁽¹⁾ Reconhecidas no resultado;

⁽²⁾ Reconhecidos em "Outros Resultados Abrangentes".

Notas Explicativas

Títulos Mantidos até o Vencimento	30.09.2020						31.12.2019		
	Valor de Custo				Vencimento final	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾
	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias					
Títulos de Renda Fixa	-	-	-	280.909		280.909	246.969	266.972	251.995
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	196.271	2030	196.271	162.331	187.756	172.779
FIP Criatec	-	-	-	18.532	2021	18.532	18.532	22.040	22.040
FIP Criatec II	-	-	-	16.707	2023	16.707	16.707	14.963	14.963
FIP Criatec III	-	-	-	5.748	2026	5.748	5.748	3.829	3.829
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	9.915	2022	9.915	9.915	12.419	12.419
Nordeste III FIP	-	-	-	33.208	2023	33.208	33.208	25.965	25.965
FIP Anjo	-	-	-	528	2029	528	528	-	-
Total da Categoria	-	-	-	280.909		280.909	246.969	266.972	251.995

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

a.5.i) No 3º trimestre de 2020, não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

Notas Explicativas

a.5.ii) A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até as datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Aplicações no Mercado Aberto	62.486	330.638
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.909	4.362
Títulos de Renda Fixa	672.659	1.766.720
Títulos de Renda Variável	2.924	341
Total	746.978	2.102.061

c) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 30.09.2020, o Banco possui operações de "swap", que se encontram registradas na B3 S.A., estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nocional) e o correspondente valor patrimonial nas contas "Diferencial a Receber", conforme apresentado nos quadros a seguir:

Composição em 30.09.2020 ⁽¹⁾							
Especificação	Valor Nocial	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado	Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Negativo	
Posição Ativa							
Moeda Estrangeira (Dólar)	124.972	7.380	-	7.380	-	-	-
Posição Passiva							
Taxa (CDI)	-	-	-	-	-	-	-
Total	124.972	7.380	-	7.380	-	-	-

⁽¹⁾ Na posição de 31.12.2019 não havia saldo de IFD

Notas Explicativas

Especificação	30.09.2020 ⁽¹⁾	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	-
3 a 12 meses	7.380	-
1 a 3 anos	-	-
3 a 5 anos	-	-
Total	7.380	-

⁽¹⁾ Na posição de 31.12.2019 não havia saldo de IFD

c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado

Especificação	30.09.2020 ⁽¹⁾				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	132.383	125.004	132.383	125.004	-

⁽¹⁾ Na posição de 31.12.2019 não havia saldo de IFD

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

Especificação	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Swap	7.380	47.343
Total	7.380	47.343

NOTA 8 - Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	30.09.2020			31.12.2019		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios - Poupança	780.560	-	780.560	518.222	-	518.222
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	51.395	-	51.395	7.069	-	7.069
Sistema Financeiro da Habitação (SFH)	86.488	(8.451)	78.037	83.126	(8.375)	74.751
Tesouro Nacional – Crédito Rural	-	-	-	152	-	152
Total	918.443	(8.451)	909.992	608.569	(8.375)	600.194
Circulante	831.955	-	831.955	525.291	-	525.291
Não Circulante	86.488	(8.451)	78.037	83.278	(8.375)	74.903

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	11.163	16.061
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	3.361	3.178
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	(75)	(74)
Total	14.449	19.165

Notas Explicativas**NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito****a) Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito**

Especificação	30.09.2020		31.12.2019	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	10.388.853	(506.114)	10.035.283	(604.169)
Circulante	5.592.507	(231.913)	5.412.295	(330.178)
Não Circulante	4.796.346	(274.201)	4.622.988	(273.991)
Outras Rubricas com Características de Crédito	869.006	(97.961)	903.400	(89.761)
Circulante	852.105	(97.961)	886.812	(89.761)
Não Circulante	16.901	-	16.588	-
Total	11.257.859	(604.075)	10.938.683	(693.930)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	30.09.2020	31.12.2019
Adiantamentos a Depositantes	27.888	283
Empréstimos	5.567.114	5.371.883
Títulos Descontados	3.074	7.311
Financiamentos	1.673.799	1.583.077
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	7.920	24.525
Financiamentos Agroindustriais	3.728	5.273
Financiamentos Rurais	1.348.607	1.162.224
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.756.723	1.880.707
Subtotal de Operações de Crédito	10.388.853	10.035.283
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	19.507	13.602
Devedores por Compra de Valores e Bens	15.350	15.894
Títulos e Créditos a Receber	46.618	51.174
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽¹⁾ (Nota 11.a)	787.531	822.730
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	869.006	903.400
Total	11.257.859	10.938.683

(1) Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Empréstimos e Títulos Descontados	997.293	827.742
Financiamentos	433.797	354.462
Financiamentos Agroindustriais	591	671
Financiamentos Rurais	186.144	416.217
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	122.537	391.871
Total	1.740.362	1.990.963

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento**b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾**

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.09.2020	Total em 31.12.2019
Rural	14.428	3.723	65.791	8.858	197.078	981.441	1.271.319	1.140.390
Indústria	60.599	33.130	46.429	78.842	620.223	1.424.636	2.263.859	2.207.801
Governo	5.433	18	19	36.331	301	499.726	541.828	445.918
Outros Serviços	163.451	108.536	88.135	200.915	312.352	1.267.868	2.141.257	2.292.348
Comércio	909.082	710.001	612.996	1.219.195	594.681	539.300	4.585.255	4.289.381
Intermediários Financeiros	2	2	2	7	64	13.560	13.637	12.376
Pessoas Físicas	19.152	9.236	6.232	10.007	9.152	9.793	63.572	75.437
Total 30.09.2020	1.172.147	864.646	819.604	1.554.155	1.733.851	4.736.324	10.880.727	
Total 31.12.2019	1.085.381	963.577	896.079	1.545.567	1.512.388	4.460.659		10.463.651

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias

Notas Explicativas**b.2) Créditos em Atraso**

Parcelas Vencidas								
Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.09.2020	Total em 31.12.2019
Rural	176	-	75	86	2.853	49.481	52.671	628
Indústria	1.248	768	746	1.847	3.465	10.356	18.430	107.014
Outros Serviços	6.322	1.848	1.568	3.803	4.861	9.071	27.473	67.656
Comércio	34.674	6.450	4.732	8.809	6.807	7.141	68.613	117.487
Pessoas Físicas	148	176	154	294	494	874	2.140	2.885
Total 30.09.2020	42.568	9.242	7.275	14.839	18.480	76.923	169.327	
Total 31.12.2019	57.127	6.354	6.068	18.062	29.146	178.913		295.670

Parcelas Vencidas									
Tipo Cliente/Atividade	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias ⁽¹⁾	Total em 30.09.2020	Total em 31.12.2019
Rural	-	2.042	2.236	20	597	452	22.997	28.344	26.480
Indústria	450	3.634	24.858	650	48.786	2.113	15	80.506	19.052
Outros Serviços	2.691	1.844	2.551	1.847	1.855	7.723	37	18.548	26.578
Comércio	14.837	10.058	11.131	7.660	3.210	28.654	8	75.558	100.427
Pessoas Físicas	11	400	447	247	933	2.810	1	4.849	6.825
Total 30.09.2020	17.989	17.978	41.223	10.424	55.381	41.752	23.058	207.805	
Total 31.12.2019	101.658	5.417	8.487	6.809	17.576	13.950	25.465		179.362

⁽¹⁾ Incluem os valores referentes às operações de crédito contratadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 26.02.1998 e classificadas no Ativo Circulante no Balanço Patrimonial.

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	30.09.2020						31.12.2019			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Provisão Normal	Provisão Prudencial ⁽²⁾	Total da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	3.163.753	-	3.163.753	-	-	-	2.920.892	-	2.920.892	-
A	5.602.606	-	5.602.606	(28.012)	(7.284)	(35.296)	5.875.376	-	5.875.376	(29.377)
B	1.009.866	44.621	1.054.487	(10.545)	(5.272)	(15.817)	630.622	41.610	672.232	(6.722)
C	597.262	33.256	630.518	(18.916)	(11.034)	(29.950)	560.877	33.315	594.192	(17.826)
D	225.401	25.762	251.163	(25.116)	(12.558)	(37.674)	126.094	36.557	162.651	(16.265)
E	32.726	9.877	42.603	(12.781)	(2.130)	(14.911)	36.034	20.377	56.411	(16.923)
F	78.575	3.719	82.294	(41.147)	(4.115)	(45.262)	7.744	31.801	39.545	(19.772)
G	13.162	10.256	23.418	(16.392)	(1.756)	(18.148)	79.523	21.606	101.129	(70.790)
H	157.376	249.641	407.017	(407.017)	-	(407.017)	226.489	289.766	516.255	(516.255)
Total	10.880.727	377.132	11.257.859	(559.926)	(44.149)	(604.075)	10.463.651	475.032	10.938.683	(693.930)

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

⁽²⁾ Constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito, para fazer face às incertezas econômicas decorrentes da pandemia do Covid-19.

d) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Especificação	30.09.2020	31.12.2019
Saldo Inicial da Provisão para Perdas esperadas associadas ao risco de Crédito	693.930	627.659
(+) Constituição/(Reversão) de Provisão no Período	212.279	398.121
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(302.134)	(331.850)
(=) Provisão Líquida para Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	604.075	693.930
Saldo Inicial da Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	27.354	27.848
(+) Constituição de Provisão no Período	112	153
(-) Reversão de Provisão no Período	(224)	(647)
(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota10.e)	27.242	27.354
(=) Saldo da Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito ⁽¹⁾	631.317	721.284

⁽¹⁾ Em 30.09.2020, contempla provisão prudencial em percentuais superiores aos mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito, para fazer face às incertezas econômicas decorrentes da pandemia do Covid-19.

Notas Explicativas**e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito**

Especificação	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
(+) Despesas de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	214.595	268.772
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	13.216	43.166
(-) Reversões de Provisões Operacionais	(15.532)	(1.164)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	212.279	310.774
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	18	112
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(131)	(56)
(=) Despesa Líquida de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito ⁽¹⁾	212.166	310.830

(1) Em 30.09.2020, contempla provisão prudencial em percentuais superiores aos mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito, para fazer face às incertezas econômicas decorrentes da pandemia do Covid-19.

f) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	30.09.2020		31.12.2019	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Setor Público	34.124.754	(2.756.659)⁽¹⁾	28.525.698	(2.748.825)
FDNE	124.406	(1.867)	136.129	(1.234)
FNE	34.000.206	(2.754.792)	28.387.515	(2.747.591)
Proagro	142	-	2.054	-

(1) Incluído provisão adicional constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito, para fazer face às incertezas econômicas decorrentes da pandemia do Covid-19.

f.1) Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	30.09.2020	31.12.2019
Saldo Inicial da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	2.748.825	2.990.936
(+) Constituição/(Reversão) de Provisão no Período	1.411.254	1.360.304
(-) Reversão/Utilização/Baixa	(1.403.420)	(1.602.415)
(=) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas ⁽¹⁾	2.756.659	2.748.825
Circulante	917.546	960.882
Não Circulante	1.839.113	1.787.943

(1) Em 30.09.2020, contempla provisão prudencial em percentuais superiores aos mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito, para fazer face às incertezas econômicas decorrentes da pandemia do Covid-19.

f.2) Composição do Saldo da Despesa de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
(+) Constituição das Despesas de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	(614.980)	(179.419)
(-) Reversões de Provisões para Garantias Financeiras Prestadas	171.811	393.478
(=) Despesa Líquida de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas ⁽¹⁾	(443.169)	(214.059)

(1) Em 30.09.2020, contempla provisão prudencial em percentuais superiores aos mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682, de 21.12.1999, constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito, para fazer face às incertezas econômicas decorrentes da pandemia do Covid-19.

g) Concentração de Crédito

Especificação	30.09.2020		31.12.2019	
	Saldo	% da Carteira	Saldo	% da Carteira
10 Maiores devedores	1.971.346	17,51	1.983.570	18,13
50 maiores devedores	3.802.899	33,78	4.003.785	36,60
100 maiores devedores	4.458.848	39,61	4.576.639	41,84

h) Até o 3º trimestre de 2020, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 122.537 (R\$ 391.871 em 30.09.2019) e as renegociações totalizaram R\$ 2.726.691 (R\$ 922.116 em 30.09.2019).

Notas Explicativas

NOTA 10 - Outros Créditos

a) Outros Créditos

Especificação	30.09.2020	31.12.2019
a) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	954.270	855.128
b) Rendas a Receber	23.568	18.319
c) Negociação e Intermediação de Valores	140.580	20
Total	1.118.418	873.467
Circulante	1.118.418	873.467
Não Circulante	-	-

b) Outros Ativos

Especificação	30.09.2020	31.12.2019
a) Diversos	1.172.917	1.278.180
Devedores por Depósitos em Garantia	422.914	513.595
Impostos e Contribuições a Compensar	434.626	456.321
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	46.618	51.174
Adiantamentos e Antecipações Salariais	39.468	2.981
Pagamentos a Ressarcir	1.302	3.587
Valores a Receber Bônus Rebate	52.281	62.396
Outros Valores	148.960	161.378
b) Provisão Outros Crédito de Liquidação Duvidosa sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(27.242)	(27.354)
Total	1.145.675	1.250.826
Circulante	706.354	1.051.705
Não Circulante	439.321	199.121

NOTA 11 - Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	30.09.2020	31.12.2019
Ativo – Outros Créditos (Nota 10.a)	954.270	855.128
Câmbio Comprado a Liquidar	927.902	841.527
Direitos sobre Vendas de Câmbio	7.771	629
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(910)	(629)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	19.507	13.601
Ativo Circulante (Nota 10.a)	954.270	855.128
Passivo – Outras Obrigações (Nota 16.b)	10.702	1.354
Obrigações por Compras de Câmbio	790.473	823.454
Câmbio Vendido a Liquidar	7.759	629
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(787.531)	(822.730)
Outros Valores	1	1
Passivo Circulante (Nota 16.b)	10.702	1.354

b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Rendas de Câmbio	567.802	181.204
Despesas de Câmbio	(700)	(491)
Total	567.102	180.713

Notas Explicativas**a) Investimentos**

Representados por aplicações em Ações e Cotas e Bens Artísticos e Valiosos. Saldo em 30.09.2020: R\$ 1.410 (R\$ 1.592 em 31.12.2019).

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2019	01.01.2020 a 30.09.2020			30.09.2020		
	Saldo Contábil	Movimentações			Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Baixas	Depreciação			
Edificações	83.057	200	-	(1.266)	264.390	(182.399)	81.991
Sistema de Processamento de Dados	83.185	8.395	(709)	(5.592)	187.854	(102.575)	85.279
Móveis e Equipamentos de Uso	34.209	1.196	(11.790)	(2.070)	79.151	(57.606)	21.545
Terrenos	16.969	-	-	-	16.969	-	16.969
Instalações	5.634	-	(12)	(78)	19.072	(13.528)	5.544
Sistema de Comunicação	100	-	-	(8)	299	(207)	92
Sistema de Segurança	7.143	11.428	(61)	(261)	18.315	(66)	18.249
Sistema de Transporte	21	-	-	-	14.352	(14.331)	21
Total	230.318	21.219	(12.572)	(9.275)	600.402	(370.712)	229.690

c) Intangível

Representado por gastos em Intangíveis em Uso. Saldo em 30.09.2020: R\$ 721 (R\$ 563 em 31.12.2019).

Notas Explicativas**NOTA 13 - Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas****a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento**

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.09.2020	Total em 31.12.2019
Depósitos à Vista	760.788	-	-	-	-	-	760.788	405.302
Depósitos de Poupança	4.162.066	-	-	-	-	-	4.162.066	2.633.831
Depósitos Interfinanceiros	1.152.459	183.272	-	-	-	-	1.335.731	1.165.021
Depósitos a Prazo	537.266	1.006.170	5.650.246	1.841.115	1.291.148	158.173	10.484.118	8.045.700
Depósitos a Prazo	130.921	983.933	3.772.017	1.775.186	1.225.219	158.173	8.045.449	5.711.384
Depósitos Judiciais com Remuneração	361.676	-	-	-	-	-	361.676	329.858
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	1.871.573	65.929	65.929	-	2.003.431	1.932.733
FAT Recursos Disponíveis	70	208	208	-	-	-	486	1.105
FAT Recursos Aplicados	2.209	6.448	6.448	-	-	-	15.105	17.718
Outros	42.390	15.581	-	-	-	-	57.971	52.902
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	6.004	-	-	-	-	6.004	46.107
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	-	-	-	-	-	-	-	44.074
Letras Financeiras - encargos	-	6.004	-	-	-	-	6.004	2.033
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	1.295.889	1.295.889	1.551.040
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	2.636.040	2.636.040	2.545.199
Total em 30.09.2020	6.612.579	1.195.446	5.650.246	1.841.115	1.291.148	4.090.102	20.680.636	
Total em 31.12.2019	4.172.932	1.994.003	3.676.111	1.704.789	886.107	3.958.258		16.392.200

Notas Explicativas

b) Depósitos

Especificação	30.09.2020	31.12.2019
Depósitos à Vista	760.788	405.302
Depósitos de Governos	9.439	6.527
Depósitos Vinculados	236.437	175.616
Pessoas Jurídicas	425.215	173.543
Pessoas Físicas	85.666	48.152
Outros Valores	4.031	1.464
Depósitos de Poupança	4.162.066	2.633.831
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	2.417.404	1.741.528
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	1.743.239	891.360
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	1.421	943
Outros Depósitos	2	-
Depósitos Interfinanceiros	1.335.731	1.165.021
Depósitos a Prazo	10.484.118	8.045.700
Depósitos a Prazo	8.045.449	5.711.384
Depósitos Judiciais com Remuneração	361.676	329.858
Outros Depósitos a Prazo	2.076.993	2.004.458
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Notas 26 e 28.a.1)	15.591	18.823
Recursos Disponíveis (Nota 26)	486	1.105
Protrabalho	486	346
PNMPO	-	759
Recursos Aplicados (Nota 26)	15.105	17.718
Protrabalho	15.105	17.718
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos (Lei nº 8.167/91)	2.003.431	1.932.733
Outros Valores	57.971	52.902
Total	16.742.703	12.249.854
Circulante	7.802.021	5.870.828
Não Circulante	8.940.682	6.379.026

c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	30.09.2020	31.12.2019
Carteira Própria	2.137.088	1.551.725
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.137.088	1.551.725
Total	2.137.088	1.551.725
Circulante	2.110.025	1.545.801
Não Circulante	27.063	5.924

d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Despesas de Captações	(262.099)	(606.444)
Depósitos a Prazo	(129.042)	(273.849)
Depósitos de Poupança	(49.554)	(62.742)
Depósitos Judiciais	(8.141)	(13.399)
Depósitos Interfinanceiros	(24.106)	(28.826)
Depósitos Especiais	(42.891)	(83.191)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(139)	(136.492)
Outros Depósitos	(8.226)	(7.945)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(62.779)	(86.772)
Carteira de Terceiros	-	(5.084)
Carteira Própria	(41.604)	(65.081)
Letras Financeiras	(21.175)	(16.607)
Total	(324.878)	(693.216)

Notas Explicativas**NOTA 14 - Obrigações por Empréstimos e Repasses****a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento**

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.09.2020	Total em 31.12.2019
Empréstimos no Exterior	278.570	683.462	-	-	-	-	962.032	881.557
Repasses do País	21.624	114.341	304.642	306.188	385.107	31.472	1.163.374	1.167.737
Repasses do Exterior	-	209.035	151.172	148.671	148.250	-	657.128	431.862
Total em 30.09.2020	300.194	1.006.838	455.814	454.859	533.357	31.472	2.782.534	
Total em 31.12.2019	194.151	847.465	491.331	451.005	459.362	37.842		2.481.156
Circulante							1.307.032	1.041.616
Não Circulante							1.475.502	1.439.540

b) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2020	31.12.2019
Tesouro Nacional	IGP -DI + 2,00	564	505
BNDES	Pré 1,5 a 11,10 TLP + 1,30 TJLP + 0,00 a 4,00 IPCA + 9,41 Variação Cambial + 2,00 a 4,00 IGP -DI + 2,00	1.123.025	1.118.933
Finame	Pré 1,5 a 7,00 TLP + 1,30 TJLP + 0,00 a 4,00 Variação Cambial + 2,00 a 4,00	39.785	48.299
Total (Nota 28.a.1)		1.163.374	1.167.737
Circulante		135.965	102.555
Não Circulante		1.027.409	1.065.182

c) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2020	31.12.2019
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	962.032	881.557
Total		962.032	881.557
Circulante		962.032	881.557

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2020	31.12.2019
BID - Prodetur	USD + 1,16	523.965	431.862
Corporação Andina de Fomento – CAF	USD + 1,17	133.163	-
Total		657.128	431.862
Circulante		209.035	57.504
Não Circulante		448.093	374.358

Notas Explicativas

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01. a 30.09.2020	01.01. a 30.09.2019
Despesas de Obrigações por Repasses	(315.851)	(169.037)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(103.967)	(75.002)
Tesouro Nacional	(59)	(15)
BNDES	(100.312)	(72.770)
Finame	(3.596)	(2.217)
Despesas de Repasses do Exterior	(211.884)	(94.035)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(401.047)	(163.749)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(511.635)	(1.124.573)
Total	(1.228.533)	(1.457.359)

NOTA 15 - Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

a) Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares

Especificação	Remuneração	Valor Nominal	30.09.2020	31.12.2019
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) ⁽¹⁾	-	-	-	44.074
Letras Financeiras – encargos contratuais	117% da Selic	795.889	6.004	2.033
Total			6.004	46.107
Circulante			6.004	46.107

⁽¹⁾ Títulos venceram em 23.03.2020.

NOTA 16 - Outras Obrigações

Especificação	30.09.2020	31.12.2019
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	48.777	1.699
Recursos do Proagro	59	76
Recebimento de Tributos Federais	47.026	-
IOF a Recolher	59	832
Outros Tributos e Assemelhados	1.633	791
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	10.702	1.354
c) Sociais e Estatutárias	41.806	337.855
Remuneração do Capital a Pagar	423	232.293
Participações nos Lucros	41.383	105.562
d) Fiscais Previdenciárias	722.421	657.199
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a.2)	582.270	543.083
Imposto de Renda	324.381	331.949
Contribuição Social	257.889	211.134
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	140.151	114.116
e) Diversas	680.371	683.178
Provisão para Pagamentos a Efetuar	507.469	519.213
Despesa de Pessoal	339.316	189.823
Outros Valores	116.790	89.402
Encargos Remuneratórios de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	51.363	239.988
Outros Valores	172.902	163.965
Total	1.504.077	1.681.285
Circulante	1.504.077	1.681.285

NOTA 17 - Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 27.g.ii)

a) PR Nível I - Capital Principal:

Em 19.01.2016, o Banco e a União Federal celebraram contrato de mútuo, no valor de R\$ 1.000.000, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no artigo 16 da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31.12.2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20.02.2014, todas do CMN.

Os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

Notas Explicativas

Caso o saldo de lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive reserva legal e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nessa ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive na forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

A obrigação não possui data de vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionado à prévia autorização do Bacen.

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.09.2020	31.12.2019
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (Nota 28.a.1)	1.000.000	Rentabilidade sobre PL	19.01.2016	500.000	750.000
Circulante				-	250.000
Não Circulante				500.000	500.000

b) PR Nível I - Capital Complementar:

Em junho de 2019 o Banco emitiu 2.667 (duas mil seiscentas e sessenta e sete) Letras Financeiras Subordinadas, sem data de vencimento. O Bacen autorizou compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar, pelo valor da captação (R\$ 801.040).

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.09.2020 ⁽²⁾	31.12.2019
Letras Financeiras ⁽¹⁾	801.040	117% da Selic	06.2019	795.889	801.040
Circulante				-	-
Não Circulante				795.889	801.040

⁽¹⁾ Juros pagos semestralmente

⁽²⁾ Em 2020 foram recompradas Letras Financeiras no valor de R\$ 5.151

c) PR Nível II:

As Dívidas Subordinadas são constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R\$ 600.000 e R\$ 400.000, sem vencimento, de, respectivamente, 20.07.2009 e 01.03.2010.

Especificação	30.09.2020	31.12.2019
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)	2.636.040	2.545.199
Recursos disponíveis	2.061.355	1.629.532
Recursos aplicados	574.685	915.667
Total (Nota 28.a.1)	2.636.040	2.545.199

NOTA 18 – Rendas Antecipadas

Receita decorrente do contrato de parceria comercial estratégica, firmado com a Icatu Seguros, com exclusividade para desenvolvimento e comercialização de Seguros, nos ramos de seguros de Pessoas, Prestamista e produtos para Previdência Privada, na rede de distribuição do Banco. A Receita foi originalmente apropriada à conta de Resultado, entretanto, após análise mais detalhada e, em linha com as práticas contábeis, concluiu-se pelo diferimento por um período de 20 anos, que corresponde ao prazo do contrato, sendo mensalmente apropriado à conta de resultado o valor correspondente a 1/240 avos.

Especificação	30.09.2020	31.12.2019
Saldo Inicial de Rendas Antecipadas	200.000	-
(-) Apropriação do Período	(3.898)	-
(=) Saldo Final a Apropriar	196.102	-
Circulante	10.000	-
Não Circulante	186.102	-

Notas Explicativas**NOTA 19 - Patrimônio Líquido****a) Capital Social**

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 5.569.988 (R\$ 3.813.000 em 31.12.2019), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Especificação	30.09.2020		31.12.2019	
	Quantidade das Ações	% do Capital	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	47.896.415	55,45	47.896.415	55,45
FI CAIXA FGEDUC MULTIMERCADO	30.205.568	34,97	30.205.568	34,97
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.206.000	7,19	6.206.000	7,19
Outros	2.063.481	2,39	2.063.481	2,39
Total	86.371.464	100,00	86.371.464	100,00

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27.03.2020, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 1.756.988, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias - Reserva para Margem Operacional no valor de R\$ 1.472.588 e Reserva para Equalização de Dividendos Complementares no valor de R\$ 284.400, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 3.813.000 para R\$ 5.569.988, representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas. O aumento de capital foi homologado pelo Banco Central.

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 13.685 (R\$ 13.726 em 31.12.2019) refere-se ao saldo da reserva de reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008, do CMN. No período, houve transferência de R\$ 41 (R\$ 253 em 31.12.2019) para Lucros ou Prejuízos Acumulados.

c) Pagamento de Dividendos e JCP complementares do exercício de 2019

Por meio da Assembleia Geral Ordinária realizada em 27.03.2020, foi aprovada a distribuição de Dividendos e JCP complementares, referentes ao exercício findo em 31.12.2019, de R\$ 231.960. O pagamento ocorreu em 08.04.2020.

d) Demonstrativo de cálculo dos Dividendos/JCP:

Especificação	30.09.2020	31.12.2019
1. Lucro Líquido do Período	637.876	1.736.685
2. Reserva Legal Calculada	(31.893)	(86.834)
3. Ajustes Devedores em Lucros ou Prejuízos Acumulados	(2.809)	(18.840)
4. Reserva de Reavaliação transferida para Lucros ou Prejuízos Acumulados	41	(3.908)
5. Ajustes Credores em Lucros ou Prejuízos Acumulados	218	48.778
6. Base de Cálculo dos Dividendos e JCP	603.433	1.675.881
7. Dividendos	-	84.218
8. Juros sobre o Capital Próprio (JCP) imputados aos dividendos ⁽¹⁾	151.328	420.013
9. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(470)	(1.043)
10. JCP Líquido (item 8 - item 9)	150.858	418.970

⁽¹⁾ Em 30.09.2020, valor contabilizado em Reservas Especiais de Lucros, conforme Nota 19.f.iii

e) Reserva Legal

A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado. Constituição no 1º semestre: R\$ 16.627 (R\$ 86.834 em 31.12.2019).

f) Reservas Estatutárias

- i) Margem Operacional: tem a finalidade de assegurar recursos compatíveis com o desenvolvimento das operações do Banco. Constituição no 1º semestre: R\$ 176.075 (R\$ 1.062.489 em 31.12.2019);
- ii) Equalização para Dividendos Complementares: tem a finalidade de assegurar recursos para pagamento de dividendos complementares ao dividendo mínimo obrigatório. Constituição no 1º semestre: R\$ 58.691 (R\$ 193.800 em 31.12.2019); e
- iii) Especiais de Lucros: tem como finalidade registrar a remuneração do capital não distribuída, obrigatória ou proposta, que não configure obrigação presente na data do Balanço, conforme Carta Circular Bacen nº 3.935, de 25.02.2019. Constituição até o 3º trimestre: R\$ 151.328 (R\$ 0 em 31.12.2019).

Notas Explicativas**NOTA 20 - Outras Receitas/Despesas Operacionais**

Especificação	01.01. a 30.09.2020	01.01. a 30.09.2019
a) Receitas de Prestação de Serviços	1.985.589	1.901.542
Administração de Fundos de Investimentos	49.344	41.013
Administração de Fundos e Programas	1.464.093	1.439.693
Prestação de Serviços	472.152	420.836
b) Rendas de Tarifas Bancárias	73.641	70.854
c) Despesas de Pessoal	(1.645.681)	(1.497.799)
Proventos	(894.652)	(870.847)
Encargos Sociais	(314.627)	(300.457)
Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) (Nota 29.b)	(53.007)	-
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I	(101.671)	(85.848)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(144.795)	(113.237)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(20.192)	(9.184)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(116.737)	(118.226)
d) Outras Despesas Administrativas	(985.294)	(952.718)
Processamento de Dados	(174.384)	(181.784)
Propaganda e Publicidade	(18.781)	(6.629)
Serviços de Terceiros ⁽¹⁾	(494.555)	(454.407)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(59.388)	(59.425)
Viagens	(5.770)	(11.946)
Comunicações	(13.876)	(18.387)
Depreciação e Amortização	(9.275)	(8.597)
Manutenção e Conservação de Bens	(37.673)	(36.650)
Vigilância, Segurança e Transporte	(66.634)	(68.524)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(4.731)	(7.329)
Serviços do Sistema Financeiro	(33.962)	(28.620)
Serviços Técnicos Especializados	(26.061)	(29.711)
Seguros	(4.390)	(2.884)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocáticos	(23.255)	(24.797)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(2.346)	(1.771)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(4.079)	(4.266)
Outros Valores	(6.134)	(6.991)
e) Despesas Tributárias (Nota 21.e)	(252.232)	(269.462)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(217.653)	(237.470)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(32.287)	(29.587)
Outros Valores	(2.292)	(2.405)
f) FNE Del Credere	1.410.828	1.176.226
g) Outras Receitas Operacionais	200.560	336.823
Del Credere de Fundos Administrados	6.156	6.506
Variação Cambial Negativa de Empréstimos	88.878	109.637
Variação Cambial Negativa Despesa de Captação	-	66.870
Variação Cambial Negativa Reclassif Despesa Obrigação do Fundo Financeiro de Desenvolvimento	3.121	3.883
Reversão de Provisões Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	9.716	6.951
Recuperação de Encargos e Despesas	4.347	4.242
Reversão de Provisões Operacionais	8.841	15.548
Juros e Comissões	3.280	2.492
Correção Monetária	1.823	611
Variação Cambial	238	-
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	56.071	102.920
Outros Valores	18.089	17.163
h) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	(443.169)	(214.059)
i) Provisão para Contingências Passivas	(170.094)	(188.666)
j) Outras Despesas Operacionais	(408.014)	(545.338)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(5.359)	(2.983)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(224.094)	(109.349)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(240)	(3.364)
Descontos Concedidos em Renegociações	(18.922)	(50.746)
Encargos de Operações de Crédito	(6.256)	(6.925)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (IECP)	(51.364)	(215.568)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(39.185)	(63.856)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(51.656)	(70.327)
Atualização Monetária do IECP	(3.251)	(4.674)
Outros Valores	(7.687)	(17.546)
Total	(233.866)	(182.597)

⁽¹⁾ Contém despesas do 3º trimestre de 2020, no valor de R\$ 418.698 (R\$ 383.998 em 30.09.2019), em favor do Instituto Nordeste Cidadania (INEC); trata-se de OSCIP que presta serviços, substancialmente, ao Banco, por meio dos Termos de Parceria para operacionalização dos programas de microcrédito produtivo orientado urbano e rural, em conformidade com as disposições da Lei nº 9.790 de 23.03.1999.

Notas Explicativas**NOTA 21 - Impostos e Contribuições****a) Imposto de Renda e Contribuição Social**

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por estimativa. As despesas de IRPJ e CSLL estão demonstradas no quadro abaixo:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	1.105.728	1.690.588	1.105.728	1.690.588
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(39.347)	(67.032)	(39.347)	(67.032)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos JCP	1.066.381	1.623.556	1.066.381	1.623.556
Adições/Exclusões Permanentes	(27.203)	(281.451)	(28.828)	(281.787)
Adições/Exclusões Temporárias	267.189	(362.181)	267.189	(362.182)
Resultado Tributável	1.306.367	979.924	1.304.742	979.587
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(326.574)	(244.963)	(251.978)	(146.938)
Deduções (Incentivos Fiscais)	9.799	8.477	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	19	18	14	11
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos fiscais, Reserva de Reavaliação e Ajustes de LPA ⁽¹⁾	(316.756)	(236.468)	(251.964)	(146.927)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e Depreciação	(14.415)	(31.113)	(12.247)	(18.667)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(331.171)	(267.581)	(264.211)	(165.594)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões	85.617	(60.227)	70.783	(36.140)
Total de IRPJ/CSLL	(245.554)	(327.808)	(193.428)	(201.734)
Alíquota Efetiva (%)	23,03	20,19	18,14	12,43
a.2) Especificação da Provisão de IRPJ e CSLL				
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	316.756	321.272	251.964	202.732
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	19	24	14	15
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro ⁽²⁾	316.775	321.296	251.978	202.747
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(184.653)	(229.544)	(109.325)	(113.492)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	132.122	91.752	142.653	89.255

⁽¹⁾ Os saldos das despesas correntes de IRPJ e CSLL inclui a redução de R\$ 11.068 da contabilização realizada em 2020, de dedução de despesas de incentivos de inovação tecnológica do período de 2019 e registro de despesa de R\$ 555 decorrentes de ajuste de incentivo fiscal de 2019, bem como ajustes complementares de R\$ 35 oriundos de despesas com o Plano Safra, no período de 2018.

⁽²⁾ O saldo da provisão de IRPJ e CSLL inclui o valor de estorno de despesas de Pasep/Cofins e dos juros sobre o valor a recolher à Receita Federal do Brasil, contabilizados em 2019 de R\$ 19.040, referente ao período de 2014 a 2018, cujo saldo remanescente, após pagamentos iniciais em 2020, está em R\$ 13.517 em 30.09.2020.

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

Especificação	30.09.2020	30.09.2019
Resultado Antes dos Tributos e Participações	1.105.728	1.690.588
Encargo de 40% - IRPJ (25%) e CSLL (20%)	(497.578)	(676.235)
Demonstrativo de Carga Tributária:		
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(428.505)	(529.542)
Acréscimo/Decréscimo aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes:	(69.073)	(146.693)
PLR/JCP	(17.706)	(126.636)
Outras Rendas / FNE/Del Credere /Operações Repasse- Lei 7827- ART. 9º-A	(14.245)	(17.312)
Diferenças Temporárias - Outras Provisões (Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Outras Causas)	(85)	1.106
Diferenças Temporárias - Operações c/Reembolso Maior que 10 anos	(7.866)	1.271
Diferença de Alíquota - CSLL ⁽¹⁾	(10.898)	-
Demais (Incentivos Fiscais, Adições/Exclusões Permanentes)	(18.273)	(5.122)
Total da Carga Tributária Conciliada	(497.578)	(676.235)

⁽¹⁾ No ano de 2019 e até fevereiro de 2020 vigorou a alíquota de 15% e, a partir de março/2020, a alíquota da CSLL passou a ser de 20%, conforme EC nº 105, de 13.11.2019.

Notas Explicativas

c) Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

Especificação	30.09.2020		31.12.2019		30.09.2020	31.12.2019
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões (PCLD)						
Saldo Inicial	576.129	459.764	711.030	426.632	1.035.893	1.137.662
Constituição	196.466	146.918	261.288	270.845	343.384	532.133
Realização/Reversão	(175.530)	(129.015)	(396.189)	(237.713)	(304.545)	(633.902)
Saldo Final	597.065	477.667	576.129	459.764	1.074.732	1.035.893
b) Rendas a Apropriar - Operações sem processo Judicial						
Saldo Inicial	2.115	1.661	2.101	1.261	3.776	3.362
Constituição	692	586	1.059	1.027	1.278	2.086
Realização/Reversão	(863)	(691)	(1.045)	(627)	(1.554)	(1.672)
Saldo Final	1.944	1.556	2.115	1.661	3.500	3.776
c) Provisões – Operações Alongadas						
Saldo Inicial	1.004	798	-	-	1.802	-
Constituição	17	16	1.004	798	33	1.802
Realização/Reversão	(19)	(12)	-	-	(31)	-
Saldo Final	1.002	802	1.004	798	1.804	1.802
d) Provisões Atuariais						
Saldo Inicial	280.414	223.378	269.396	161.638	503.792	431.034
Constituição	54.479	43.255	51.657	86.124	97.734	137.781
Realização/Reversão	(29.357)	(22.204)	(40.639)	(24.384)	(51.561)	(65.023)
Saldo Final	305.536	244.429	280.414	223.378	549.965	503.792
e) Provisão para Programa de Incentivo ao Desligamento						
Saldo Inicial	-	-	14.667	8.800	-	23.467
Constituição	13.252	10.601	99	60	23.853	159
Realização/Reversão	-	-	(14.766)	(8.860)	-	(23.626)
Saldo Final	13.252	10.601	-	-	23.853	-
f) Provisões Contingenciais						
Saldo Inicial	139.368	111.349	98.781	59.268	250.717	158.049
Constituição	54.606	43.223	76.646	73.716	97.829	150.362
Realização/Reversão	(28.126)	(21.894)	(36.059)	(21.635)	(50.020)	(57.694)
Saldo Final	165.848	132.678	139.368	111.349	298.526	250.717
g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)						
Saldo Inicial	-	-	5.398	3.239	-	8.637
Constituição	-	-	308	185	-	493
Realização/Reversão	-	-	(5.706)	(3.424)	-	(9.130)
Saldo Final	-	-	-	-	-	-
h) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	-	-	876	526	-	1.402
Realização/Reversão	-	-	(876)	(526)	-	(1.402)
Saldo Final	-	-	-	-	-	-
Efeito no Patrimônio Líquido						
i) TVM						
Saldo Inicial	130.285	101.144	173.455	106.009	231.429	279.464
Constituição	261.695	213.571	204.978	129.706	475.266	334.684
Realização/Reversão	(301.164)	(242.063)	(248.148)	(134.571)	(543.227)	(382.719)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	90.816	72.652	130.285	101.144	163.468	231.429
j) Ajustes de Avaliação Atuarial						
Saldo Inicial	577.129	461.703	287.504	172.502	1.038.832	460.006
Constituição	454	363	289.625	289.201	817	578.826
Realização/Reversão	(141.449)	(113.159)	-	-	(254.608)	-
Saldo Final	436.134	348.907	577.129	461.703	785.041	1.038.832

Notas Explicativas

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de IRPJ e CSLL estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
1. Total das Diferenças Temporárias	6.594.069	6.991.153	6.594.069	6.991.153
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.648.517	1.747.788	1.318.814	1.392.996
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	1.520.781	1.576.160	1.216.640	1.258.652
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM	90.816	130.285	72.652	101.144
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) ⁽¹⁾	1.611.597	1.706.445	1.289.292	1.359.796
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	36.920	41.343	29.522	33.200

⁽¹⁾ Registrados em "Créditos Tributários", no Ativo Não Circulante

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006, e considerando estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos, elaborado semestralmente

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 30.09.2020, estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾
2020	64.262	63.579	51.410	50.863	115.672	114.442
2021	196.997	191.721	157.598	153.377	354.595	345.098
2022	141.026	136.058	112.821	108.847	253.847	244.905
2023	105.341	98.211	84.273	78.569	189.614	176.780
2024	177.860	156.657	142.287	125.325	320.147	281.982
2025	163.210	143.171	130.568	114.537	293.778	257.708
2026	66.616	59.108	53.293	47.286	119.909	106.394
2027	59.610	51.835	47.688	41.468	107.298	93.303
2028	64.852	57.763	51.882	46.211	116.734	103.974
2029	47.583	40.471	38.066	32.376	85.649	72.847
Acima de 2029	524.240	518.949	419.406	415.168	943.646	934.117
Total	1.611.597	1.517.523	1.289.292	1.214.027	2.900.889	2.731.550

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.09.2020

d) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	30.09.2020		31.12.2019		30.09.2020	31.12.2019
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL		
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	-	-	876	526	-	1.402
Realização/Reversão	-	-	(876)	(526)	-	(1.402)
Saldo Final (Notas 7.c)	-	-	-	-	-	-
b) Decorrentes de Créditos Recuperados ⁽¹⁾						
Saldo Inicial	139.742	111.099	103.935	62.359	250.841	166.294
Constituição	11.500	9.708	35.930	48.813	21.208	84.743
Realização/Reversão	(286)	(43)	(123)	(73)	(329)	(196)
Saldo Final	150.956	120.764	139.742	111.099	271.720	250.841
c) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	-	-	5.615	3.369	-	8.984
Constituição	-	-	308	185	-	493
Realização/Reversão	-	-	(5.923)	(3.554)	-	(9.477)
Saldo Final	-	-	-	-	-	-
d) Depreciação Diferida						
Saldo Inicial	16.179	12.923	11.200	6.720	29.102	17.920
Constituição	3.639	2.916	5.301	6.395	6.555	11.696
Realização/Reversão	(438)	(334)	(322)	(192)	(772)	(514)
Saldo Final	19.380	15.505	16.179	12.923	34.885	29.102
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	971	774	994	597	1.745	1.591
Constituição	-	-	-	193	-	193
Realização/Reversão	(19)	(14)	(24)	(15)	(33)	(39)
Saldo Final	952	760	970	775	1.712	1.745
e) TVM						
Saldo Inicial	230.471	182.852	64.156	39.065	413.323	103.221
Constituição	663.237	531.044	888.277	578.499	1.194.281	1.466.776
Realização/Reversão	(777.663)	(621.060)	(721.962)	(434.712)	(1.398.723)	(1.156.674)
Saldo Final (Notas 7.a.2)	116.045	92.836	230.471	182.852	208.881	413.323

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

Notas Explicativas

Os valores totais das provisões dos Passivos Tributários, previstos para baixa, na posição de 30.09.2020, estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾
2020	16.475	16.308	13.180	13.047	29.655	29.355
2021	23.951	22.995	19.161	18.396	43.112	41.391
2022	24.662	22.674	19.729	18.140	44.391	40.814
2023	28.053	24.448	22.442	19.558	50.495	44.006
2024	24.225	19.956	19.380	15.965	43.605	35.921
2025	17.347	13.508	13.877	10.806	31.224	24.314
2026	12.083	8.894	9.666	7.115	21.749	16.009
2027	10.328	7.186	8.263	5.749	18.591	12.935
2028	4.005	2.634	3.204	2.107	7.209	4.741
2029	2.568	1.596	2.054	1.277	4.622	2.873
Acima de 2029	123.636	118.434	98.909	94.747	222.545	213.181
Total	287.333	258.633	229.865	206.907	517.198	465.540

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.09.2020.

e) Despesas Tributárias

Especificação	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Contribuição ao Cofins e Pis/Pasep ⁽¹⁾	(217.653)	(237.470)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(32.287)	(29.587)
Outros Valores	(2.292)	(2.405)
Total (Nota 20.e)	(252.232)	(269.462)

NOTA 22 - Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Especificação	30.09.2020		31.12.2019	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a) Provisão para Contingências				
a.1) Fiscais (Nota 22 f.i)	3.401.867	20.257	3.762.943	17.815
i) Obrigação Legal	11.368	11.368	11.062	11.062
ii) Outras Obrigações-Diversas	3.390.499	8.889	3.751.881	6.753
Provável	8.889	8.889	6.753	6.753
Possível	3.341.451	-	3.577.567	-
Remota ⁽¹⁾	40.159	-	167.561	-
a.2) Trabalhistas	614.704	345.292	602.533	334.025
Provável (Nota 22 f.ii)	345.292	345.292	334.025	334.025
Possível	122.396	-	123.996	-
Remota	147.016	-	144.512	-
a.3) Causas Cíveis	8.534.240	210.570	7.716.331	176.738
Provável (Nota 22 f.iii)	210.570	210.570	176.738	176.738
Possível	2.015.830	-	1.865.136	-
Remota ⁽²⁾	6.307.840	-	5.674.457	-
a.4) Outras Contingências (Nota 22 f.iv)	1.245.222	91.282	1.088.651	33.860
i) Operações Securitizadas	4.010	4.010	4.015	4.015
ii) Outras	1.241.212	87.272	1.084.636	29.845
Provável	87.272	87.272	29.845	29.845
Possível	1.103.152	-	2.537	-
Remota	50.788	-	1.052.254	-

⁽¹⁾ O montante de contingência passiva relacionada às causas fiscais classificadas como risco remoto estava concentrado em 01 (um) processo que apresentava saldo de R\$ 130.762, na posição de 31.12.2019, mas que teve sua contingência totalmente revertida na posição de 31.03.2020.

⁽²⁾ O montante de contingência passiva relacionada às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 04 (quatro) processos que apresentam saldo de R\$ 3.629.353, na posição de 30.09.2020. Discriminação dos processos: i) contribuição extraordinária de benefício pós-emprego e pagamento de honorários advocatícios, R\$ 2.618.299 em 30.09.2020 (R\$ 2.338.498 em 31.12.2019); ii) lucro cessante e pagamento de taxa administrativa, R\$ 448.206 em 30.09.2020 (R\$ 400.309 em 31.12.2019); iii) repetição de indébito, danos morais e lucro cessante, R\$ 309.596 em 30.09.2020 (R\$ 276.512 em 31.12.2019); iv) indenização por danos materiais e morais, lucros cessantes e pagamento de honorários advocatícios, R\$ 253.252 em 30.09.2020 (R\$ 226.189 em 31.12.2019).

Notas Explicativas

- b) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela área jurídica do Banco.
- c) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no quadro acima, têm como objeto de discussão os tributos municipais e federais.
- d) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Fiscal

Cinco ações que visam desconstituir auto de infração. As estimativas de perdas financeiras perfazem R\$ 2.971.701, em 30.09.2020 (R\$ 3.266.787 em 31.12.2019).

Outras Causas

O montante de contingência passiva relacionada às outras causas está concentrado em 01 (um) processo de prestação de contas e devolução de valores indevidamente pagos que apresenta na posição de 30.09.2020 saldo de R\$ 1.184.756, sendo R\$ 1.099.827 classificado como risco possível e R\$ 84.929 como provável (R\$ 1.033.432 em 31.12.2019, sendo R\$ 1.005.615 classificado como risco remoto e R\$ 27.817 como provável).

Cível

Ação que visa pagamento de multa e indenização por danos morais. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.09.2020, o montante de R\$ 565.666, sendo R\$ 565.498 classificado com risco possível e R\$ 168 com risco provável (R\$ 505.217, sendo R\$ 505.067 classificado como risco possível e R\$ 150 como risco provável, em 31.12.2019).

Ação que visa indenização por danos morais e pagamento de honorários. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.09.2020, o montante de R\$ 185.217 (R\$ 165.424 em 31.12.2019).

Ação que visa pagamento de multa e danos morais coletivos. A estimativa de valor perfaz R\$ 109.379, na data base de 30.09.2020 (R\$ 97.960 em 31.12.2019).

Ação que visa pagamento de danos materiais e danos emergentes. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.09.2020, R\$ 89.315 (R\$ 79.770 em 31.12.2019).

Ação que visa pagamento de honorários advocatícios. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.09.2020, R\$ 88.372 (R\$ 78.928 em 31.12.2019).

Ação que visa repetição de indébito, pagamento de multa, liberação de recursos e honorários advocatícios. A estimativa de valor perfaz R\$ 61.800, sendo R\$ 59.725 com risco possível e R\$ 2.075 com risco remoto, na data base de 30.09.2020 (R\$ 55.195 em 31.12.2019, sendo R\$ 53.343 com risco possível e R\$ 1.852 com risco remoto).

Ação iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de valor perfaz, em 30.09.2020, R\$ 52.780 (R\$ 55.238 em 31.12.2019).

- e) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos estão assim representados:

Especificação	30.09.2020	31.12.2019
Demandas Trabalhistas	194.700	205.621
Demandas Fiscais	47.822	145.530
Demandas Cíveis	137.955	127.544
Outras Demandas	47	46
Contragarantia Operações Repasses BID	42.390	34.854
Total	422.914	513.595

Notas Explicativas

Movimentação das Provisões

f) Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outras

Especificação	30.09.2020					31.12.2019				
	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão	Pagamento	Saldo Final	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão	Pagamento	Saldo Final
i) Fiscais (Notas 16.e e 22.a.1)	17.815	3.719	(1.275)	(1)	20.257	15.769	2.763	(655)	(62)	17.815
ii) Trabalhistas (Notas 16.e e 22.a.2)	334.025	75.934	(15.586)	(49.081)	345.292	206.531	172.883	(20.160)	(25.229)	334.025
iii) Cíveis (Notas 16.e e 22.a.3)	176.738	78.152	(29.332)	(14.988)	210.570	146.964	92.294	(34.395)	(28.125)	176.738
iv) Outras (Notas 16.e e 22.a.4)	33.860	57.612	(190)	-	91.282	32.466	44.557	(43.163)	-	33.860
Total	562.438	215.418	(46.389)	(64.066)	667.401	401.730	312.497	(98.373)	(53.416)	562.438

NOTA 23 - Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em Reais)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	30.09.2020	31.12.2019
Máxima	44.733,88	44.349,57
Mínima	1.892,32	1.864,51
Média	12.108,79	11.690,10

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	01.01 a	01.01 a	01.01 a	01.01 a	01.01 a	01.01 a
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual ⁽²⁾	721.507,95	1.107.062,84	53.126,28	70.835,04	49.869,54	66.492,72
Menor remuneração individual ⁽³⁾	560.620,81	734.481,75	40.709,88	54.279,84	40.709,88	54.279,84
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	734.443,63	927.343,84	50.178,84	60.346,98	44.373,74	57.219,53
Número de membros ⁽⁵⁾	7,67	6,25	5,33	5,33	5,00	5,17

⁽¹⁾ Valores aprovados em Assembleia Geral.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período, de cada órgão, pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.

Em 30.09.2020, o número de funcionários do Banco totalizava 6.812 (6.802 em 31.12.2019), registrando-se um acréscimo de 0,001% no quadro de pessoal.

NOTA 24 - Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução nº 4.424, do CMN, que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as práticas e procedimentos contábeis adotados pelo Banco quanto aos benefícios pós-emprego.

a) Descrição dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência

O Banco é patrocinador de dois planos de previdência complementar, um plano do tipo Benefício Definido (BD) e um plano de Contribuição Variável (BD + CD), administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), entidade fechada de previdência complementar.

a.1.1) Plano BD

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, que se encontra fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999, oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes. Em termos gerais, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano, até a data de aposentadoria do participante.

Notas Explicativas

a.1.2) Plano CV I

O plano CV I, classificado na modalidade de contribuição variável, conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria, e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda certa com prazo certo, na modalidade Contribuição Definida (CD), e a segunda na forma de renda vitalícia, na modalidade Benefício Definido (BD).

O plano CV I só poderá vir a apresentar déficit ou superávit atuarial após o início da concessão dos benefícios não programados, invalidez e morte, ou dos benefícios programados em fase de renda vitalícia. O plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas e com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, com o objetivo de suprir o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou morte do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos.

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed), denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios um contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados já aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas definidas em contrato, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%. Os aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. A cada trimestre, o Banco avalia atuarialmente o benefício que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.

a.4) Governança

São responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios. A Diretoria-Executiva é o órgão de administração da Capef, cabendo-lhe executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto da Capef, nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão. O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

A Camed tem como órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Corpo Social, composto pelos associados, é o órgão supremo de decisão, com poderes para resolver todos os assuntos e negócios relativos ao pleno funcionamento e desenvolvimento da Camed. O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa. Cabe à Diretoria Executiva executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente no Estatuto da Camed e nos regulamentos internos. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, precipuamente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

Os membros dos órgãos estatutários das duas Entidades são escolhidos de forma a conferir representatividade aos Participantes, aos Beneficiários Assistidos e aos Patrocinadores, com base nos critérios estabelecidos em seus Estatutos.

Notas Explicativas

a.5) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos

A Caped conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Os investimentos são acompanhados de modo a se verificar questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da meta atuarial do plano. São realizados estudos que objetivam auxiliar os administradores do plano na escolha do portfólio mais adequado aos seus objetivos, levando em consideração as características e as particularidades dos ativos e a situação financeira do plano, permitindo-se que sejam feitos investimentos de longo prazo, sem comprometer as obrigações, bem como o atingimento da meta atuarial.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O gerenciamento de riscos acompanha as alterações nos cenários de exposição a que a Camed está sujeita.

b) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.09.2020, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos previdenciários, BD e CVI, ao plano de assistência médica, plano Natural, e ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido.

c) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinador)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Resolução nº 09, de 08.10.1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE), registrando em 30.09.2020, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2019, 1:1).

d) Exposição ao risco

O Passivo Atuarial do Banco, que registra as obrigações sobre os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco Atuarial	É o risco de o custo final dos benefícios adquiridos ser maior que os benefícios esperados. O Banco não possui alternativa a não ser aumentar suas contribuições ou persuadir os participantes a aceitar uma redução dos benefícios.
BD/ CV I/ Natural	Risco dos investimentos	Está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá gerar um aumento do passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco das premissas atuariais	Está relacionado à adoção de premissas atuariais não aderentes aos planos, quando do cálculo do valor presente da obrigação de benefício definido, resultando em impacto relevante no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Taxa de desconto	O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base nos rendimentos dos títulos públicos (NTN-B), conforme item 83 da Deliberação CVM nº 695. Diminuição nos rendimentos desses títulos ocasiona elevação no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Riscos de Expectativa de Vida	Os planos de benefícios pós-emprego oferecem benefícios vitalícios, logo, o aumento na expectativa de vida resulta em elevação do passivo atuarial para os planos BD, CV I e Natural e uma redução do passivo atuarial para o Seguro de Vida em Grupo

Notas Explicativas**e) Remensuração de Cálculos Atuariais**

Para a posição de 30.09.2020, foram feitas as remensurações mediante cálculos e relatório atuarial efetuados por empresa de Consultoria Atuarial, para os planos BD e Natural, como também para o Seguro de Vida em Grupo. Para o Plano CV I, que não registra Passivo Atuarial, não houve remensuração, de modo que as informações apresentadas em 30.09.2020, correspondem aos dados da remensuração ocorrida em junho de 2020, acrescidos das movimentações mensais, por competência, de julho a setembro de 2020.

f) Número de Participantes dos Planos de Benefícios Pós-emprego

Especificação	BD	CV I	CAMED	SEGURO
Participantes	1.239	5.417	6.260	4.803
Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	5.059	311	5.141	3.588
TOTAL	6.298	5.728	11.401	8.391

g) Premissas utilizadas**g.1) Premissas Demográficas**

As premissas demográficas utilizadas no cálculo da obrigação dos planos baseiam-se nas adotadas em avaliações atuariais, no âmbito da Caepf, embasadas em estudos estatísticos e de adequação das hipóteses, elaborados por consultorias especializadas, contratadas por aquela entidade. Para o plano Natural são utilizadas as premissas demográficas do plano BD e para o Seguro de Vida em Grupo as do plano CV I, de acordo com suas características populacionais.

Especificação	Plano BD (Caepf) e Plano Natural (Camed)	
	30.09.2020	31.12.2019
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP2000 M&F Proj 2018 – Suavizada em 10%, segregada por sexo	RP2000 M&F Proj 2018 – Suavizada em 10%, segregada por sexo
Inválidos	RP2000 Disable F	RP2000 Disable F
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas

Especificação	Plano CV I (Caepf) e Seguro de Vida	
	30.09.2020	31.12.2019
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP 2000 Proj. 2018 Segmentada por sexo (Suavizada 20%)	RP 2000 Proj. 2018 Segmentada por sexo (Suavizada 20%)
Inválidos	Experiência do IAPC (suavizada em 50%)	Experiência do IAPC (suavizada em 50%)
Tábua de Entrada em Invalidez	Muller (suavizada em 85%)	Muller (suavizada em 85%)

g.2) Premissas Financeiras

Especificação	Caepf (% a.a.)			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	7,08	6,60	7,43	7,22
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	3,82	2,87	4,21	3,46
Taxa média de inflação anual	3,13	3,63	3,09	3,63
Taxa nominal de crescimento salarial ⁽¹⁾ ⁽²⁾	4,16	4,67	-	-
Taxa nominal de aumentos dos benefícios	3,13	3,63	3,09	3,63

⁽¹⁾ Plano BD: a taxa de crescimento salarial real de 1% é aplicada até que o participante atinja a data prevista para aposentadoria (360 contribuições).

⁽²⁾ Plano CV I: a projeção de crescimento real de salário de cada participante segue as regras do plano de cargos e funções do Banco.

Notas Explicativas

Especificação	Camed (% a.a.)		Seguro de Vida	
	Plano Natural		30.09.2020	31.12.2019
	30.09.2020	31.12.2019		
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	7,58	7,22	7,58	7,22
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	4,31	3,46	4,31	3,46
Taxa média de inflação anual	3,13	3,63	3,13	3,63
Taxa nominal de crescimento salarial ⁽¹⁾	4,16	4,67	4,16	3,63
Taxa nominal de aumento médio dos benefícios ^{(1) (2)}	1,93 ⁽²⁾	2,45 ⁽²⁾	4,16	3,63
Taxa de evolução dos custos médicos em decorrência do envelhecimento (<i>Aging Factor</i>)	4,00	3,47	Não se aplica	Não se aplica

⁽¹⁾ No caso do seguro de vida, trata-se da projeção de aumento do capital segurado de ativos.

⁽²⁾ No caso do plano Natural, trata-se da projeção de aumento dos custos médicos (HCCTR). Na posição de 30.09.2020, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 10 (dez) anos. A taxa encontrada foi de 1,93% (2,45% em 31.12.2019), acima do "aging factor" e da inflação geral de preços, e decresce linearmente em 4 (quatro) anos, permanecendo a partir do 5º (quinto) ano em 1% a.a.

g.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do "floating" inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

g.4) É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

g.5) A taxa de desconto equivale à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *duration* dos planos, conforme metodologia prevista no item 83 do Pronunciamento CPC 33 (R1), recepcionado pela Resolução nº 4.424, do CMN. Na posição de 30.09.2020, foram apuradas as seguintes *durations*: para os planos Capef BD: 9,50 anos (6,73 anos em 31.12.2019), para o plano Capef CV I: 18,67 anos (25,64 anos em 31.12.2019), para o plano Natural: 16,50 anos (21,26 anos em 31.12.2019) e para o Seguro de Vida: 17,09 anos (19,58 anos em 31.12.2019).

h) Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial

h.1) Planos de Previdência Privada

Especificação	Capef – Planos de Previdência Privada			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
1. Valor Presente da Obrigação atuarial ⁽¹⁾	(5.060.630)	(5.647.446)	(36.469)	(32.359)
1.1. Obrigação relativa aos participantes assistidos	(4.259.629)	(4.807.909)	(31.955)	(30.177)
1.2. Obrigação relativa aos participantes ativos	(801.001)	(839.537)	(4.514)	(2.182)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano	4.283.090	4.715.575	80.042	88.627
3. Efeito de Teto do Ativo	-	-	(43.573)	(56.268)
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial	(777.540)	(931.871)	-	-

⁽¹⁾ Para o plano CV I, os valores se referem aos benefícios não programados (Parte BD), que possuem características de plano de benefício definido.

h.2) Plano de Assistência Médica e Seguro de vida em grupo

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		30.09.2020	31.12.2019
	30.09.2020	31.12.2019		
1. Valor Presente da Obrigação atuarial	(2.067.899)	(2.293.236)	(327.411)	(363.829)
1.1. Obrigação relativa aos participantes assistidos	(1.463.584)	(1.517.652)	(249.882)	(277.826)
1.2. Obrigação relativa aos participantes ativos	(604.315)	(775.584)	(83.635)	(100.999)
1.3. Subsídio cruzado	-	-	6.106	14.996
2. Valor Justo dos Ativos do Plano	206.170	158.763	-	-
3. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial	(1.861.729)	(2.134.473)	(327.411)	(363.829)

Notas Explicativas**i) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Presente da Obrigação**

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Período	(5.647.446)	(4.545.981)	(32.359)	(14.538)
2. Custo dos Juros	(265.532)	(392.997)	(1.744)	(1.311)
3. Custo do Serviço Corrente	(8.992)	(2.989)	(99)	(119)
4. Benefícios Pagos pelo Plano	348.278	448.414	411	610
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(55.352)	(78.919)	-	-
6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	(1.132)	(7.345)
7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais	568.414	(1.074.974)	(1.546)	(9.656)
7.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	76.002	174.051	(3.732)	426
7.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	492.412	(965.365)	2.186	(10.082)
7.3. Decorrentes da alteração do plano de custeio	-	(106.590)	-	-
7.4. Decorrentes da aplicação dos reajustes dos benefícios	-	(177.070)	-	-
8. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(5.060.630)	(5.647.446)	(36.469)	(32.359)

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		30.09.2020	31.12.2019
	30.09.2020	31.12.2019		
Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Período	(2.293.236)	(1.621.151)	(363.829)	(147.161)
Custo dos Juros	(121.867)	(145.446)	(19.565)	(13.158)
Custo do Serviço Corrente	(31.867)	(9.626)	(2.853)	(1.976)
Benefícios Pagos pelo Plano ⁽¹⁾	52.119	101.120	7.792	10.197
Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(20.477)	(26.484)	(2.454)	(3.167)
Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	8.279	12.351	-	-
Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais	339.150	(604.000)	53.498	(208.564)
7.1. Ajustes de Experiência	43.483	(28.351)	2.703	43.187
7.2. Alterações de Premissas Financeiras	298.659	(484.613)	50.795	(85.548)
7.3. Alterações decorrentes da elevação dos custos assistenciais	(2.992)	(196.814)	-	-
7.4. Alterações decorrentes da redução da taxa de despesas administrativas	-	60.846	-	-
7.5. Alterações decorrentes da redução da taxa de inflação médica (HCCTR)	-	44.932	-	-
7.6. Alterações de Outras Premissas	-	-	-	(166.203)
Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(2.067.899)	(2.293.236)	(327.411)	(363.829)

⁽¹⁾ Camed: Plano Natural - Líquido das coparticipações pagas pelos associados.

Notas Explicativas

j) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Justo dos Ativos dos Planos

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
1. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Período	4.715.575	3.939.911	88.627	54.740
2. Receita de Juros	221.573	342.700	4.867	5.128
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	55.473	79.129	956	1.520
4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	66	178	958	1.531
5. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	55.352	78.919	-	-
6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	1.132	7.345
7. Benefícios Pagos pelo Plano	(348.278)	(448.414)	(411)	(610)
8. Ganhos / (Perdas) sobre os ativos ⁽²⁾	(416.671)	723.152	(16.087)	18.973
9. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	4.283.090	4.715.575	80.042	88.627

⁽¹⁾ Capef – Plano BD: contribuições relativas a participantes ativos e assistidos;

⁽²⁾ Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		30.09.2020	31.12.2019
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
1. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Período	158.763	146.781	-	-
2. Receita de Juros	8.325	13.412	-	-
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	61.390	81.979	3.117	4.103
4. Devolução das Contribuições do Patrocinador	(4.371)	(5.587)	-	-
5. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	571	345	2.221	2.927
6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	20.477	26.484	2.454	3.167
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(8.279)	(12.351)	-	-
8. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽²⁾	(52.119)	(101.120)	(7.792)	(10.197)
9. Ganhos / (Perdas) sobre os ativos ⁽³⁾	21.413	8.820	-	-
10. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	206.170	158.763	-	-

⁽¹⁾ Camed – Plano Natural: contribuições relativas a associados e aposentados/pensionistas;

⁽²⁾ Camed – Plano Natural: líquidos das coparticipações pagas pelos associados; e

⁽³⁾ Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

k) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Efeito do Teto do Ativo

Especificação	Capef	
	Plano CV I	
	30.09.2020	31.12.2019
1. Efeito do Teto do Ativo no Início do Período	(56.268)	(40.202)
2. Juros sobre o Efeito do Teto	(3.123)	(3.817)
3. Remensuração do Efeito do Teto do Ativo	15.818	(12.249)
4. Efeito do Teto do Ativo no Fim do Período	(43.573)	(56.268)

l) Conciliação do Valor Presente da Obrigação e do Valor dos Ativos dos Planos, com os Ativos e os Passivos Reconhecidos no Balanço Patrimonial

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(5.060.630)	(5.647.446)	(36.469)	(32.359)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	4.283.090	4.715.575	80.042	88.627
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(777.540)	(931.871)	43.573	56.268
4. Efeito do Teto do Ativo no Final do Período	-	-	(43.573)	(56.268)
5. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial no Final do Período	(777.540)	(931.871)	-	-

Notas Explicativas

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		30.09.2020	31.12.2019
	30.09.2020	31.12.2019		
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(2.067.899)	(2.293.236)	(327.411)	(363.829)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	206.170	158.763	-	-
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(1.861.729)	(2.134.473)	(327.411)	(363.829)
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial no Final do Período	(1.861.729)	(2.134.473)	(327.411)	(363.829)

m) Valores Reconhecidos no Resultado do Período

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(8.926)	(2.086)	859	1.038
1.1. Custo do Serviço	(8.992)	(2.241)	(99)	(89)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	66	155	958	1.127
2. Juros Líquidos	(43.959)	(37.723)	-	-
2.1. Custo dos Juros	(265.532)	(294.748)	(1.744)	(983)
2.2. Receita de Juros	221.573	257.025	4.867	3.846
2.3. Juros sobre o Efeito do Teto	-	-	(3.123)	(2.863)
3. Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício (item 1 + item 2)	(52.885)	(39.809)	859	1.038⁽¹⁾

⁽¹⁾ Valor registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais".

Especificação	Camed Plano Natural		Seguro de Vida	
	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(31.296)	(14.266)	(632)	679
1.1. Custo do Serviço	(31.867)	(14.439)	(2.853)	(1.482)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	571	173	2.221	2.161
2. Juros Líquidos	(113.542)	(99.025)	(19.565)	(9.868)
2.1. Custo dos Juros	(121.867)	(109.084)	(19.565)	(9.868)
2.2. Receita de Juros	8.325	10.059	-	-
3. Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício (item 1 + item 2)⁽¹⁾	(144.838)	(113.291)	(20.197)	(9.189)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco, plano Natural: 01.01. a 30.09.2020: R\$ 44; 01.01. a 30.09.2019: R\$ 54; e Seguro de Vida: 01.01. a 30.09.2020: R\$ 4; 01.01. a 30.09.2019: R\$ 5.

As contribuições referentes à parte CD do plano CV I foram contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
1. Contribuições (Parte CD) ⁽¹⁾	(44.771)	(41.387)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos: 01.01 a 30.09.2020: R\$ 87; e 01.01 a 30.09.2019: R\$ 117.

As despesas administrativas do plano BD estão contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
1. Despesas Administrativas	(4.102)	(4.769)

n) Valores do Período Reconhecidos no Patrimônio Líquido

Os ganhos atuariais decorrentes de premissas financeiras, em 30.09.2020, dizem respeito aos aumentos nas taxas reais de desconto em relação a 31.12.2019, que passaram de 2,87% (31.12.2019) para 3,82% (30.09.2020) no plano BD, de 3,46% (31.12.2019) para 4,21% (30.09.2020) no plano CV I e de 3,46% (31.12.2019) para 4,31% (30.09.2020) no Plano Natural e Seguro de Vida em Grupo.

Notas Explicativas

Especificação	Capecf			
	Plano BD		Plano CV I	
	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 31.12.2019
1. Ganhos / (Perdas) sobre os Ativos ⁽¹⁾	(416.671)	723.152	(16.087)	18.973
2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação	568.414	(1.074.974)	(1.546)	(9.656)
2.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	76.002	174.051	(3.732)	426
2.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	492.412	(965.365)	2.186	(10.082)
2.3. Decorrentes da alteração do plano de custeio	-	(106.590)	-	-
2.4. Decorrentes da aplicação dos reajustes dos benefícios	-	(177.070)	-	-
3. Efeito do teto do ativo	-	-	15.818	(12.249)
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido no final do Período (item 1 + item 2 + item 3)	151.743	(351.822)	(1.815)	(2.932)

⁽¹⁾ Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		01.01 a 30.09.2020	01.01 a 31.12.2019
	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 31.12.2019		
1. Ganhos / (Perdas) sobre os Ativos ⁽¹⁾	21.413	8.820	-	-
2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação	339.150	(604.000)	53.498	(208.564)
2.1. Ajustes de Experiência	43.483	(28.351)	2.703	43.187
2.2. Alterações de Premissas Financeiras	298.659	(484.613)	50.795	(85.548)
2.3. Alterações decorrentes da elevação dos custos assistenciais líquidos do ganho decorrente do reajuste da tabela de contribuição de dependentes	-	(196.814)	-	-
2.4. Alterações decorrentes da redução da taxa de despesas administrativas	-	60.846	-	-
2.5. Alterações decorrentes da redução da taxa de inflação médica (HCCTR)	(2.992)	44.932	-	-
2.6. Decorrentes da alteração do Contrato	-	-	-	(166.203)
3. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido no final do Período (item 1 + item 2) ⁽²⁾	360.563	(595.180)	53.498	(208.564)

⁽¹⁾ Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido;

⁽²⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano Natural: 01.01 a 30.09.2020: (R\$ 1) e no cálculo atuarial do seguro de vida em grupo: 01.01 a 30.09.2020: (R\$ 6); 01.01 a 31.12.2019: (R\$ 1).

o) Conciliação de movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Período

Especificação	Capecf			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Início do Período	(931.871)	(606.070)	-	-
2. Contribuições do Empregador	55.473	79.129	956	1.520
3. Valores Reconhecidos no Resultado	(52.885)	(53.108)	859	1.412
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio do Período	151.743	(351.822)	(1.815)	(2.932)
5. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Final do Período (Nota 28 a.2)	(777.540)	(931.871)	-	-

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		30.09.2020	31.12.2019
	30.09.2020	31.12.2019		
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Início do Período	(2.134.473)	(1.474.370)	(363.829)	(147.161)
2. Contribuições do Empregador	61.390	81.979	3.117	4.103
3. Devolução de contribuições do patrocinador	(4.371)	(5.587)	-	-
4. Valores Reconhecidos no Resultado	(144.838)	(141.315)	(20.197)	(12.207)
5. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	360.563	(595.180)	53.498	(208.564)
6. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Final do Período (Nota 28 a.2)	(1.861.729)	(2.134.473)	(327.411)	(363.829)

Notas Explicativas**p) Política de Investimento e Alocação dos Valores Justos dos Planos**

As políticas de investimentos, para os planos BD e CV I, são elaboradas anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Capef e têm como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial de cada plano. A meta do plano BD a ser alcançada em seus investimentos é representada por INPC + 5,50% a.a. e do plano CV I, IPCA + 5,00% ao ano.

Para alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação são consideradas as diretrizes da Resolução CMN nº 3.792, de 24.09.2009 e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano. A proposta de alocação de recursos é revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas.

As deliberações sobre investimentos do plano natural são aprovadas pela Diretoria Executiva e submetidas ao Conselho Deliberativo da Camed. Para os investimentos que possuem vinculação com garantias financeiras junto ao órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são observados os limites e condições estabelecidos nos normativos da ANS.

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD (%)		Plano CV I (%)		Plano Natural (%)	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Renda Fixa	89,41	89,17	73,89	79,11	90,44	94,44
Renda Variável	3,02	2,68	12,84	7,30	7,49	2,88
Imobiliários	-	6,34	5,03	6,02	2,07	2,68
Multimercado (Exterior e Fundos Estruturados)	5,65	-	3,76	3,40	-	-
Operações com Participantes	1,92	1,81	4,50	4,17	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-

q) Análise de sensibilidade das principais premissas

A análise de sensibilidade demonstra como a obrigação de benefício definido, na posição de 30.09.2020, seria afetada por mudanças das seguintes premissas relevantes: (i) o acréscimo ou decréscimo de 0,25% a.a. na taxa de juros; (ii) o agravamento ou suavização em 10% nas tábuas de mortalidade de ativos; e (iii) o acréscimo ou decréscimos de 0,25% a.a. na inflação médica (HCCTR) no plano Natural.

Capef - Plano BD	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros		Tábuas Biométricas	
	30.09.2020	+0,25%	-0,25%	Agrav (-10%)	Suav. (+10%)
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(5.060.630)	(4.944.324)	(5.181.912)	(4.927.281)	(5.208.711)
Valor Justo dos Ativos	4.283.090	4.283.090	4.283.090	4.283.090	4.283.090
Superávit (Déficit) Técnico	(777.540)	(661.234)	(898.822)	(644.191)	(925.621)
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(2,3%)	2,4%	(2,6%)	2,9%
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(15,0%)	15,6%	(17,2%)	19,0%

Capef - Plano CV I	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros		Tábuas Biométricas	
	30.09.2020	+0,25%	-0,25%	Agrav (-10%)	Suav. (+10%)
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(36.469)	(35.800)	(37.167)	(34.673)	(38.524)
Valor Justo dos Ativos	80.042	80.042	80.042	80.042	80.042
Superávit (Déficit) Técnico ⁽¹⁾	45.573	44.242	42.875	45.369	41.518
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(1,8%)	1,9%	-4,9%	5,6%
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		1,5%	(1,6%)	4,1%	-4,7%

⁽¹⁾ Valor não reconhecido tendo em vista efeito do teto do ativo.

Notas Explicativas

Camed - Plano Natural	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros		HCCTR		Tábuas Biométricas	
	30.09.2020	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	Agrav (-10%)	Suav. (+10%)
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(2.067.899)	(1.991.542)	(2.149.238)	(2.166.981)	(1.974.520)	(1.964.237)	(2.186.482)
Valor Justo dos Ativos	206.170	206.170	206.170	206.170	206.170	206.170	206.170
Superávit (Déficit) Técnico	(1.861.729)	(1.785.372)	(1.943.068)	(1.960.811)	(1.768.350)	(1.758.067)	(1.980.312)
Variações:							
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(3,7%)	3,9%	4,8%	(4,5%)	(5,0%)	5,7%
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(4,1%)	4,4%	5,3%	(5,0%)	(5,6%)	6,4%

Seguro de Vida	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros		Tábuas Biométricas	
	30.09.2020	+ 0,25%	-0,25%	Agrav (-10%)	Suav. (+10%)
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(327.411)	(314.412)	(341.251)	(343.835)	(309.135)
Superávit (Déficit) Técnico	(327.411)	(314.412)	(341.251)	(343.835)	(309.135)
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(4,0%)	4,2%	5,0%	(5,6%)
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(4,0%)	4,2%	5,0%	(5,6%)

r) Impactos nos Fluxos de Caixas Futuros

r.1) Contribuições Esperadas para o 4º trimestre de 2020

Especificação	Capecf		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD ⁽¹⁾	Plano CV I ⁽²⁾	Plano Natural ⁽³⁾	
1. Contribuições do Empregador	26.083	380	8.217	885
2. Contribuições de Empregados Ativos	17	378	-	517
3. Contribuições de Ex-empregados Assistidos	26.066	-	9.092	952

⁽¹⁾ Exceto contribuições destinadas ao custeio administrativo: 01.01 a 30.09.2020: Empregador: R\$ 1.963 e Empregados/Assistidos R\$ 1.963;

⁽²⁾ Exceto contribuições destinadas à parte CD do plano: 01.01 a 30.09.2020: Empregador: R\$ 30.514 e Empregados: R\$ 30.517;

⁽³⁾ Exceto coparticipações.

r.2) Pagamentos de Benefícios Esperados

Especificação	Capecf ⁽¹⁾		Camed ⁽¹⁾⁽²⁾	Seguro de Vida ⁽¹⁾
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
Até 1 ano	390.831	1.961	78.263	8.822
De 1 ano a 2 anos	385.178	1.766	79.398	9.415
De 2 anos a 3 anos	363.800	1.435	80.424	9.951
De 3 anos a 4 anos	341.386	1.166	80.792	10.431
Acima de 4 anos	3.579.435	30.141	1.749.022	288.792
Total	5.060.630	36.469	2.067.899	327.411

⁽¹⁾ Os valores de benefícios esperados foram calculados descontados a valor presente.

⁽²⁾ Líquidos de coparticipação de assistidos.

s) Estimativa de Despesas para o 4º trimestre de 2020

Especificação	Capecf		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(2.980)	299	(8.924)	(434)
2. Juros Líquidos	(14.653)	-	(37.848)	(6.522)
3. Total da (Despesa)/Receita a Reconhecer	(17.633)	299	(46.772)	(6.956)

NOTA 25 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

- a) O Patrimônio Líquido do FNE, no montante de R\$ 93.67.470 (R\$ 89.289.553 em 31.12.2019), está registrado em conta de compensação do Banco, denominada "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados/FNE".

Notas Explicativas

- b) As disponibilidades e os recursos comprometidos com operações de crédito, que representam as disponibilidades do FNE, no valor total de R\$ 16.247.892 (R\$ 22.691.198 em 31.12.2019), registrados no título "Outros Instrumentos Financeiros/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" são remunerados pela taxa extramercado. No período, a despesa com remuneração dessas disponibilidades foi de R\$ 476.081 (R\$ 1.103.757 em 30.09.2019).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1) nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
- c.2) para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
- c.3) o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 147, de 05.04.2018. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base nas Leis nºs 12.716, de 21.09.2012 e 12.844, de 19.07.2013, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada.
- d) A composição dos saldos dos financiamentos com risco para o Banco e das provisões contabilizadas em "Provisão para Garantias Financeiras Prestadas" do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos 30.09.2020	Provisão Normal em 30.09.2020 ^{(1) (2)}	Provisão Prudencial em 30.09.2020 ⁽³⁾	Total da Provisão em 30.09.2020	Saldos 31.12.2019	Provisão em 31.12.2019 ⁽¹⁾ ₍₂₎
AA	29.821.359	-	-	-	23.744.405	-
A	23.532.904	59.079	15.360	74.442	18.297.029	45.788
B	5.815.322	29.301	14.651	43.952	5.699.923	28.786
C	1.837.558	27.473	16.026	43.498	1.714.095	25.646
D	1.075.258	53.775	26.887	80.662	886.581	44.349
E	635.917	95.857	15.976	111.833	938.294	141.085
F	380.769	95.668	9.567	105.234	370.768	92.668
G	224.075	78.492	8.410	86.901	357.882	125.306
H	4.437.542	2.208.270	-	2.208.270	4.506.150	2.243.963
Total	67.760.704	2.647.915	106.877	2.754.792	56.515.127	2.747.591

⁽¹⁾ Em 30.09.2020, inclui R\$ 43.386 referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito com indícios de irregularidades (R\$ 44.715 em 31.12.2019)

⁽²⁾ Contemplam os efeitos das renegociações de operações de crédito, com base na Lei nº 13.340, de 28.09.2016, que autorizou a concessão de rebate e a repactuação de dívidas das operações de crédito rural contratadas até 31.12.2011, com recursos oriundos do FNE e recursos mistos do FNE com outras fontes.

⁽³⁾ Constituída a partir de modelo estabelecido internamente de classificação de risco de crédito, para fazer face às incertezas econômicas decorrentes da pandemia do Covid-19.

- e) Para as contratações efetuadas após 30.11.1998, o *delcredere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *delcredere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *delcredere* foi de R\$ 1.410.827 (R\$ 1.176.226 em 30.09.2019).
- f) No período, a taxa de administração foi de R\$ 1.057.458 (R\$ 1.041.751 em 30.09.2019), calculada à base de 2,4% ao ano sobre o Patrimônio Líquido e apropriada mensalmente.
- g) A MP nº 812, convertida na Lei nº 13.682, de 19.06.2018, determinou as seguintes alterações, com vigência a partir de 2018:
- redução anual da taxa de administração à base de 0,3%, passando de 3% em 2018 para 1,5% a partir de 2023;
 - a base de cálculo é o Patrimônio Líquido do FNE, deduzido do saldo das disponibilidades de que trata o Artigo 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995, dos valores repassados ao Banco com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf de que tratam o Artigo 6º da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, e o regulamento (MCR-10) do Programa (grupos A/Microcrédito, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem 98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio);
 - o Banco fará jus ao percentual de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos das disponibilidades de que trata o Art. 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995;

Notas Explicativas

- iv) o montante a ser recebido pelo Banco em razão da taxa de administração, deduzido o valor da remuneração sobre as disponibilidades, poderá ser acrescido de até 20% (vinte por cento) com base no fator de adimplência referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo FNE ou com risco compartilhado entre o Banco e o Fundo, calculado de acordo com a metodologia de apuração do provisionamento para risco de crédito aplicável ao crédito bancário; e
- v) a taxa de administração somada à remuneração sobre as disponibilidades ficam limitadas, em cada mês, a 20% (vinte por cento) do valor acumulado, até o mês de referência, das transferências de que trata a alínea c do inciso I do caput do artigo 159 da Constituição Federal, realizadas pela União.

h) Medidas adotadas para mitigar os impactos econômicos da pandemia Covid-19

A Resolução CMN nº 4.782, de 16.03.2020, que, para fins de gerenciamento de risco, as reestruturações de operações de crédito realizadas até 31.12.2020 ficam de ser consideradas como indicativos para fins § 1º do art. 24 da Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e no § 1º do art. 27 da Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, com vistas à caracterização da respectiva exposição como ativo problemático.

A Resolução CMN nº 4.798, de 06.04.2020, suspendeu por até 12 (doze) meses as parcelas vencidas e vincendas no período compreendido entre 08/01/2020 e 31/12/2020, com eventual acréscimo ao final da operação, para as operações não rurais, adimplentes ou em atraso até 90 dias na posição de 07/04/2020, de responsabilidade de beneficiários do FNE que forem impactados em decorrência do estado de calamidade pública relacionada ao novo Covid-19 reconhecido em ato do Poder Executivo.

A Resolução CMN nº 4.801, de 09.04.2020, com as alterações introduzidas pela Resolução CMN nº 4.840, de 30.07.2020, autorizou a prorrogação para até 15 de dezembro de 2020 das parcelas dos créditos vencidas de 01.01 a 14.12.2020 das operações de crédito rural de custeio e de investimento contratadas por produtores rurais, inclusive agricultores familiares, e suas cooperativas, cuja comercialização da produção tenha sido prejudicada em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos provocados pela pandemia Covid-19.

O montante das operações de crédito que tiveram parcelas suspensas com base nessas Resoluções está demonstrado no quadro a seguir:

Especificação	Quantidade	Valor
Resolução CMN Nº 4.798, de 06.04.2020	83.031	42.295.120
Resolução CMN Nº 4.801, de 09.04.2020	81.164	295.444
Total	164.195	42.590.564

NOTA 26 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O FAT é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade ⁽¹⁾	30.09.2020	31.12.2019
Protrabalho Investimento	004/2007	116.025	105.039
Total		116.025	105.039

As obrigações contraídas junto ao FAT, registradas em "Depósitos Especiais com Remuneração", da ordem de R\$ 15.591 (R\$ 18.823 em 31.12.2019) têm custo de captação com base na Taxa Média Selic (TMS) enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na Taxa de Longo Prazo (TLP) quando liberados. Os recursos disponíveis totalizam R\$ 486 (R\$ 1.105 em 31.12.2019).

As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n.ºs 439/2005, 489/2006 e 801/2017, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade, acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Notas Explicativas

Especificação	Tade ⁽¹⁾	Devolução de Recursos do FAT			30.09.2020		
		Forma ⁽²⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ou TLP ⁽⁴⁾	Total
Protrabalho - Investimento	04/2007	RA	4.197	30	486	15.105	15.591
PNMPO	01/2010	RA	2.179	22	-	-	-
Total (Notas 13.b e 28.a.1)			6.376	52	486	15.105	15.591

Especificação	Tade ⁽¹⁾	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2019		
		Forma ⁽²⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ou TLP ⁽⁴⁾	Total
Proger - Urbano – Investimento	17/2006	RA	9.575	68	-	-	-
FAT - Infraestrutura ⁽⁵⁾	18/2006	RA	1.288	11	-	-	-
Protrabalho - Investimento	04/2007	RA	7.157	119	346	17.718	18.064
PNMPO	01/2010	RA	31.138	407	759	-	759
Total (Notas 13.b e 28.a.1)			49.158	605	1.105	17.718	18.823

⁽¹⁾ Tade: Termo de Alocação de Depósito Especial.

⁽²⁾ RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo total);

⁽³⁾ Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS);

⁽⁴⁾ Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para operações contratadas até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para operações contratadas a partir de 01.01.2018.

⁽⁵⁾ Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 27 - Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado, de liquidez, da taxa de juros da carteira bancária – IRRBB e socioambiental. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos é unificada no nível estratégico e específica nos níveis de suas unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação das atividades. As unidades e suas responsabilidades básicas referentes à gestão de riscos são definidas, formalmente normatizadas e divulgadas no site de políticas e normas da instituição.

A atuação dessa estrutura leva em consideração o equilíbrio financeiro do banco e é pautada na política de integridade e ética da instituição e nos princípios de responsabilidade socioambiental, nas relações com seus clientes, parceiros, funcionários, acionistas, prestadores de serviços e sociedade.

Nesse propósito, a Gestão Integrada de Riscos do Banco incorpora, como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais da instituição. Disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais. Para isso, utiliza regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2020 a 2024, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 02.12.2019. É da responsabilidade da Diretoria de Controle e Riscos, o gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN, em sua Resolução nº 4.557, de 23.02.2017. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no portal: www.bnb.gov.br.

A gestão da adequação de capital do Banco é feita levando-se em conta as exigências regulatórias acrescidas de uma meta de Capital de 1,0 ponto percentual acima dos requerimentos mínimos, considerando-se as exigências de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I, de Capital Principal e do Adicional de Capital Principal (ACP).

Notas Explicativas

O Banco elabora seu Plano de Capital em consonância com o Planejamento Estratégico, de forma a refletir os resultados ali planejados e, ao mesmo tempo, atender ao disposto na Resolução 4.557 do CMN. Nesse sentido, com o intuito de aumentar a aderência do Plano de Capital ao planejamento empresarial, optou-se por, a partir da versão elaborada em 2018, estender o seu horizonte para cinco anos, ultrapassando em dois anos o mínimo definido na citada Resolução.

No plano elaborado para o período de 2020 a 2024 não se vislumbrou indícios de descumprimento dos requerimentos mínimos de capital regulatórios, tampouco do limite mínimo estabelecido para o acionamento do plano de contingência (mínimo mais meta de capital), em nenhum dos cenários utilizados.

Política Corporativa de Gestão de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado, de liquidez, de taxa de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), de concentração e socioambiental. O Comitê de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva, e do Conselho de Administração, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que realiza o gerenciamento integrado de riscos, em nível corporativo, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Circular nº 3.930, de 14.02.2019, do Bacen, podem ser encontradas no portal: www.bnb.gov.br.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Especificação	Exposição	
	30.09.2020	31.12.2019
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	52.022.070	45.232.910
Público	1.205.857	1.080.003
Privado	50.816.213	44.152.907
Comércio	6.202.248	4.170.917
Comércio Exterior	738.280	776.651
Indústria	8.365.460	7.427.931
Infraestrutura	15.813.844	13.628.564
Microfinança Urbana	4.327.771	4.327.132
Pessoas Físicas	22.524	128.248
Rural	9.439.874	8.758.702
Outros Serviços	5.906.212	4.934.762
Operações de Mercado	45.317.758	46.250.525
Títulos Públicos Federais	40.926.087	43.360.635
Operações Compromissadas	6.274.847	6.382.342
Outras	34.651.240	36.978.293
Depósitos Interfinanceiros	1.080.061	75.991
Outros Títulos e Valores Mobiliários	1.286.736	1.025.081
Outras Operações	2.024.874	1.788.818
Demais Ativos	5.584.124	4.892.986
Total	102.923.952	96.376.421

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, monitorar, avaliar, reportar, controlar e mitigar o risco, de forma a manter a exposição ao risco de crédito em conformidade com os parâmetros definidos na Declaração de Apetite por Riscos - RAS. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, metodologia para segregação do ativo de crédito em problemático e não problemático, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de cálculo de despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral ou pela Diretoria Executiva.

Notas Explicativas

Todas as operações de crédito, com exposição a risco para o banco, são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 3.296.009 (R\$ 3.283.834 em 31.12.2019). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 4.052.012 (R\$ 4.703.071 em 31.12.2019).

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		30.09.2020(%)	31.12.2019(%)
Índice de Liquidez	Na data-base	264,42	931,37
	Média dos últimos 12 meses	585,46	854,15
	Máximo dos últimos 12 meses	1.008,05	1.114,25
	Mínimo dos últimos 12 meses	241,95	493,14

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, assim como a redução de receitas financeiras e elevação de despesas financeiras, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- Value at Risk (VaR)* de operações ativas e passivas das carteiras de negociação;
- Varição no valor econômico dos instrumentos financeiros (Δ VE) da carteira bancária;
- Varição do resultado da intermediação financeira (Δ NII) da carteira bancária;
- Mapa de requerimentos mínimos de capital;
- Relatório de exposição cambial;
- Análise de sensibilidade;
- Testes de estresse;
- Testes de aderência (*backtesting*); e
- Relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Notas Explicativas

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> • 1% (um por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I – limite máximo de perda da Carteira de Negociação; • 10% (dez por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I - limite máximo para o resultado da variação no valor econômico (ΔVE) dos instrumentos financeiros da carteira bancária, utilizado para mensurar o risco de taxas de juros (IRRBB); • 10% (dez por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I – limite máximo para a variação do resultado de intermediação financeira (ΔNII) dos instrumentos financeiros da carteira bancária, utilizado para mensurar o risco de taxas de juros (IRRBB); • 4% (quatro por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I - limite máximo de exposições em moeda estrangeira. 	<p>Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, o Ambiente de Gestão de Riscos emitirá um alerta à Diretoria Executiva, ao Comitê Corporativo de Gestão de Riscos e às áreas gestoras dos produtos/processos responsáveis pela exposição;</p> <p>Caso o nível de exposição ultrapasse o limite estabelecido, o Ambiente de Gestão de Riscos emitirá uma comunicação formal (alerta) ao Comitê de Gestão de Riscos, à Diretoria Executiva, ao Comitê de Riscos e de Capital e ao Conselho de Administração para avaliação e tomada de decisão visando a correção de rumos e adequação ao parâmetro de tolerância estabelecido na RAS.</p>

Riscos da Carteira de Negociação

O Banco acompanha diariamente a composição da Carteira de Negociação, que deve se constituir de: i) operações compromissadas bancadas de compra com compromisso de revenda; ii) títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação, quando houver, conforme definido pelo Bacen, na Circular nº 3.068, de 08.11.2001; iii) operações destinadas à proteção (hedge) contra os riscos de outras operações da Carteira de Negociação.

A mensuração do risco de taxas de juros da Carteira de Negociação é feita com a utilização do Valor em Risco (VaR), a partir do modelo padrão criado pelo Bacen.

Em 30.09.2020, a Carteira de Negociação do Banco do Nordeste estava composta por operações compromissadas, lastreadas em títulos públicos federais, realizadas com taxas prefixadas, apresentando uma exposição marcada a mercado no valor de R\$ 109.576 e um VaR de R\$ 411.

Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (IRRBB)

O Risco de Taxa de Juros das operações classificadas na Carteira Bancária (IRRBB) corresponde ao risco de impactos negativos no capital e nos resultados da Instituição financeira, provindos de movimentos adversos das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária. A identificação, mensuração e controle desse risco são efetuadas atendendo critérios preconizados na Circular Bacen nº 3.876, de 31.01.2018, utilizando-se duas métricas a seguir:

- a) Δ VE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em cenários de choque nas taxas de juros.
- b) Δ NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em cenários de choque nas taxas de juros. O resultado de intermediação financeira da carteira bancária, não deve incluir a provisão de crédito de liquidação duvidosa

O cálculo das medidas de IRRBB é realizado mensalmente, com a utilização de modelos padronizados e internos (há modelo interno apenas para o Δ NII) baseados, fundamentalmente, nos parâmetros, hipóteses e premissas estabelecidos na Circular Bacen nº 3.876, de 31.01.2018.

Na posição de 30.09.2020, a Carteira Bancária do Banco do Nordeste possuía exposição marcada a mercado (somatório do valor absoluto das exposições líquidas de cada fator de risco) de R\$ 9.617.000, apresentando Δ VE e Δ NII nos valores de R\$ 114.401 e (R\$ 1.477), respectivamente.

Notas Explicativas

Testes de Estresse

O teste de estresse permite antever potenciais ganhos ou perdas em carteira de operações diante da variação das taxas de juros, cupom cambial ou índices de preços, que poderão vir a ser praticadas no mercado em situações extremas. Esta ferramenta complementa outras abordagens de gestão de risco usadas para períodos de normalidade, tais como Valor econômico (EVE), Resultados de intermediação financeira (NII) e Valor em Risco (VaR) utilizados no Banco.

O Banco do Nordeste realiza, mensalmente, duas modalidades de testes de estresse, em conformidade com a Circular nº 3.365, de 14.09.2007, do Bacen, com os objetivos adiante:

- estimar percentual da variação do valor marcado a mercado das operações em relação ao Patrimônio de Referência (PR), com utilização de choque compatível com o 1º e o 99º percentis de uma distribuição histórica de variações nas taxas de juros, considerando-se o período de manutenção (*holding period*) de um ano e o período de observação de cinco anos;
- estimar a quantidade de pontos-base de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar redução do valor de mercado no ativo (ou aumento no valor do passivo) das operações constantes das Carteiras de Negociação e Bancária correspondente a 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do PR.

Os resultados dos testes de estresse são comunicados, por meio de relatórios trimestrais, à Administração do Banco, bem como utilizados pela área de gestão de riscos para o acompanhamento sistemático do nível de exposição da Banco aos choques nas taxas de juros, com vistas aos necessários *feedbacks* às respectivas áreas negociais.

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante da Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	(163.702)	(166.731)	(3.029)	(170.030)	(6.328)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	(123.312)	(123.634)	(322)	(123.951)	(639)
Cupom de Euro	Redução do cupom	(2.672)	(2.673)	(1)	(2.673)	(1)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	151.853	149.186	(2.667)	146.870	(4.983)
Cupom de IPCA	Aumento do cupom	351.384	330.971	(20.413)	340.697	(10.687)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	75.069	73.290	(1.779)	71.638	(3.431)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(3.121.548)	(3.177.873)	(56.325)	(3.216.935)	(95.387)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	5.791.504	5.711.775	(79.729)	5.641.923	(149.581)

⁽¹⁾ Não se verificaram estimativas de perdas para esta carteira no Cenário 3.

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco de mercado considerados, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
Derivativos para Hedge	Aumento da Taxa referencial B3 S.A DI x Dólar	Swap Dólar x DI	131.072	131.396	131.723

Notas Explicativas

Foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes de um possível aumento estressado do cupom cambial nas operações em moeda estrangeira.

O método empregado na análise de sensibilidade das operações de *hedge* consistiu na mensuração de variações da exposição líquida marcada a mercado entre as operações passivas indexadas ao dólar e as pontas ativas em dólar das operações de *swap*. A exposição líquida foi calculada para três cenários, permitindo a comparação entre eles. O cenário 1 utiliza as taxas de mercado, representando a situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as taxas divulgadas pela B3. Os cenários 2 e 3 são obtidos aplicando-se choques no cupom cambial utilizado no cenário 1, conforme descrição a seguir:

Cenário 1 – aplicação de 100% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 2 – aplicação de 125% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 3 – aplicação de 150% da taxa de swap DI x Dólar.

e) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, ou sistemas, incluindo o risco legal.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco atua em uma visão de processos e é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações de riscos nos processos de suporte e de negócios da Instituição, tendo como referência maior as Resoluções do Banco Central. Sob o enfoque qualitativo, são utilizadas metodologias de avaliação de riscos em processos, acompanhamento de ações de mitigação e relatórios gerenciais. Outra metodologia utilizada é a de auto avaliação de riscos e de controles em processos – *Risk and Control Self Assessment (RCSA)* que permite simular os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter visão ampliada dos riscos em processos e aprimoramento do seu gerenciamento.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 25.966 (R\$ 47.271 em 31.12.2019 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	30.09.2020	31.12.2019	Especificação	30.09.2020	31.12.2019
Disponibilidades	3.684	1.939	Depósitos	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	55.702	24.441	Relações Interdependências	15.054	3.381
Operações de Crédito	541.180	423.461	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	72.270	59.338
Outros Créditos	955.329	879.654	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	657.128	431.861
			Outras Obrigações	969.792	882.186
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.555.895	1.329.495	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	1.714.244	1.376.766
Operações de <i>Swap</i>	132.383	-			
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	1.688.278	1.329.495	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	1.714.244	1.376.766

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos (5% do Patrimônio de Referência).

Notas Explicativas**g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia**

Em 30.09.2020, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do IRRBB) de 13,83% (14,35% em 31.12.2019). O índice de Nível I ficou em 10,65% (10,44% em 31.12.2019) e o índice de Capital Principal em 9,41% (9,04% em 31.12.2019). O PR apurado foi de R\$ 8.919.132 (R\$ 8.265.588 em 31.12.2019), o Nível I ficou em R\$ 6.864.787 (R\$ 5.982.984 em 31.12.2019) e o Capital Principal em R\$ 6.068.898 (R\$ 5.181.944 em 31.12.2019), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 64.481.034 (R\$ 57.311.851 em 31.12.2019). Não se registrou, no período avaliado, a possibilidade de descumprimento dos requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	30.09.2020	31.12.2019
Patrimônio de Referência (PR)	8.919.131	8.265.588
. Nível I	6.864.787	5.982.984
. Capital Principal	6.068.898	5.181.944
. Capital Complementar	795.889	801.040
. Nível II	2.054.344	2.282.604
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	64.481.034	57.311.851
. Parcela RWACPAD	52.961.394	46.532.628
. Parcela RWACAM	169.162	59.350
. Parcela RWAJUR	2.962	42.050
. Parcela RWACOM	4.475	4.375
. Parcela RWAOPAD	11.343.041	10.673.448
Margem sobre o PR Requerido	3.760.649	3.680.640
Capital para o Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRBB)	114.401	21.535
Margem sobre o PR Requerido Considerando o IRRBB	3.646.248	3.659.105
Margem sobre o PR Nível I Requerido	2.995.926	2.544.273
Margem sobre o Capital Principal Requerido	3.167.252	2.602.911
Adicional de Capital Requerido- ACP (1,25%)⁽¹⁾	806.013	1.432.796
Margem sobre o Adicional de Capital Requerido	2.189.913	1.111.477
Índices de Basileia:		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	9,41%	9,04%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	10,65%	10,44%
. Índice de Patrimônio de Referência (Requerimento mínimo de 8,0%)	13,83%	14,42%
. Índice de Patrimônio de Referência incluindo IRRBB	13,83%	14,35%

⁽¹⁾ até dezembro/2019 era 2,5%; a partir de abril/2020, passou a ser 1,25%.

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	30.09.2020	31.12.2019
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	8.919.131	8.265.588
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	6.864.787	5.982.984
Capital Principal	6.068.898	5.181.944
Capital Social	5.569.988	3.813.000
Reservas de Lucros	1.297.178	2.651.514
Reservas de Capital e de Reavaliação	13.685	13.726
Contas de Resultado Credoras	2.461.160	-
Contas de Resultado Devedoras	(2.155.822)	-
Outros Resultados Abrangentes	(903.990)	(1.050.835)
Perdas ou Prejuízos Acumulados	(72.733)	-
Instrumentos de Dívida Elegível a Capital Principal	500.000	500.000
Ajustes Prudenciais	(640.568)	(745.461)
Ativos Intangíveis	(721)	(563)
Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(636.605)	(741.219)
Diferença a Menor – Ajustes Res. CMN nº 4.277	(3.242)	(3.679)
Capital Complementar	795.889	801.040
Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	795.889	801.040
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II	2.054.344	2.282.604
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	2.054.344	2.282.604

O Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, contratado com a União Federal, compõe o Patrimônio de Referência (PR) Nível I, na condição de Capital Principal do Banco, conforme autorização do Bacen. Esse instrumento, como previsto na Resolução nº 4.192, de 01.03.2013 do CMN, possui cláusula de recompra, que foi utilizada pelo Banco na concretização de amortização de um total de R\$ 500.000, dividido em duas parcelas de R\$ 250.000, devidamente autorizada pelo Bacen.

Notas Explicativas

As Letras Financeiras Subordinadas no valor de R\$ 801.040, captadas em junho de 2019, foram autorizadas pelo Bacen a compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar. Essas letras atendem ao disposto no Artigo 10º da Resolução nº 4.733, de 27.06.2019 do CMN que permite a recompra de até 3% do seu valor contábil. Até o terceiro trimestre, houve a recompra de Letras Financeiras no valor de R\$ 5.151.

O Instrumento de Dívida e as Letras Financeiras Subordinadas, citados anteriormente têm caráter de perpetuidade, não possuindo vencimento, conforme exigência da Resolução nº 4.192 do CMN para que possam ser elegíveis ao Nível I do Patrimônio de Referência.

Os contratos de Dívida Subordinada firmados com o FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.192, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização. Com a publicação da Resolução nº 4.679, de 31.07.2018, do CMN, esses contratos tiveram seus saldos congelados na posição de 30.06.2018 e serão excluídos do Nível II do PR à razão de 10% ao ano, a partir do exercício de 2020. Esses dois contratos, embora não seja exigência da Resolução nº 4.192, também são perpétuos.

iii. Razão de Alavancagem (RA)

A Razão de Alavancagem, conforme metodologia aprovada pela Circular Bacen nº 3.748, de 27.02.2015, corresponde ao resultado da divisão do PR de Nível I, pela Exposição Total. A Razão de Alavancagem do Banco está demonstrada no quadro abaixo:

Especificação	30.09.2020	31.12.2019
PR Nível I	6.864.787	5.982.984
Exposição Total	100.986.722	96.438.083
Razão de Alavancagem (%)	6,80	6,20

iv. Índice de Imobilização

O índice de imobilização do Banco, calculado na forma das disposições da Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, encontra-se demonstrado a seguir:

Especificação	30.09.2020	31.12.2019
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	8.919.131	8.265.588
Limite para Imobilização (50% do PR ajustado)	4.459.566	4.132.794
Situação	231.100	231.910
Margem	4.228.466	3.900.884
Índice de imobilização	2,59%	2,81%

NOTA 28 - Partes Relacionadas

a) Transações com Partes Relacionadas

A política de transações com Partes Relacionadas do Banco dispõe que sejam aplicadas as condições e taxas compatíveis com as práticas de mercado, além de estabelecer as orientações a serem observadas em potenciais conflitos de interesses.

No período, o Banco realizou transações bancárias com as Partes Relacionadas, tais como, depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações financeiras e operações de crédito.

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Notas Explicativas

Especificação	30.09.2020	31.12.2019
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Notas 13.b e 26)	15.591	18.823
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.b)	1.163.374	1.167.737
Tesouro Nacional	564	505
BNDES	1.123.025	1.118.933
Finame	39.785	48.299
Outras Obrigações	20.144.968	26.756.657
FNE	16.254.941	22.702.557
FDNE	647.176	662.590
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	106.811	96.311
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (Notas 17.a e 17.b)	500.000	750.000
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 17.c)	2.636.040	2.545.199
Total	21.323.933	27.943.217

a.2) Apresentam-se a seguir, os saldos das obrigações com Planos de Benefícios Pós-Emprego:

Especificação	30.09.2020	31.12.2019
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Nota 24.o)	777.540	931.871
Plano de Assistência Médica (Nota 24.o)	1.861.729	2.134.473
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Nota 24.o)	327.411	363.829
Total	2.966.680	3.430.173

a.3) As principais receitas e despesas com Partes Relacionadas estão relacionadas abaixo:

Especificação	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Depósitos a Prazo - FAT	(42.891)	(83.191)
Tesouro Nacional	(59)	(16)
BNDES	(100.313)	(72.770)
Finame	(3.597)	(2.217)
FMM	(23.885)	(9.956)
FNE	912.641	251.996
FDNE	17.958	19.719
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	(51.363)	(215.568)
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(90.841)	(134.183)
Plano de Aposentadoria e Pensão BD	(56.986)	(44.577)
Plano de Aposentadoria e Pensão CV I	(43.826)	(40.233)
Plano de Assistência Médica	(141.260)	(113.236)
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego	(20.191)	(9.183)

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Honorários	3.178	2.600
Diretoria	2.762	2.190
Conselho de Administração	212	207
Conselho Fiscal	204	203
Outros	1.796	916
Remuneração Variável (RVA)	936	1.054
Total dos Benefícios de Curto Prazo	5.910	4.570
Benefícios Pós-Emprego	214	179
Total	6.124	4.749

Notas Explicativas

O Banco oferta aos diretores, como benefícios pós-emprego, Planos de Previdência e de Assistência Médica, nas mesmas condições oferecidas aos empregados.

O Banco não concede empréstimos ou adiantamentos ao pessoal-chave da administração, conforme normas vigentes.

NOTA 29 - Outras Informações

a) Ações preventivas com vistas a minimizar os efeitos da pandemia Covid-19

No período, o Banco fez comunicado ao mercado informando sobre a adoção de ações preventivas que visam minimizar os efeitos da pandemia Covid-19, alinhadas às medidas recomendadas pelo Governo Federal, dando continuidade à missão de atuar como o Banco de desenvolvimento da Região Nordeste. As medidas consistem em: prorrogação de prazos, repactuação, ampliação de carências, redução de tarifas e aumento de limites, sobre as modalidades de empréstimos e financiamentos, inclusive, Microcrédito, Capital de Giro e Crédito Direto ao Consumidor.

Com efeito, o Banco constituiu provisão prudencial, no importe de R\$ 151.026, para cobertura do risco de crédito da carteira de créditos, com elevação dos percentuais de provisão para cada nível de risco, em relação aos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do CMN, mediante modelo desenvolvido internamente. Desse montante, R\$ 44.149 se referem a operações do próprio Banco (Nota 9.c) e R\$ 106.877 a operações de Fundos sobre as quais o Banco detém risco, sendo R\$ 106.255 do FNE (Nota 25.d) e R\$ 622 do FDNE (Nota 9.f)

A Administração do Banco decidiu pela não antecipação de distribuição de dividendo por conta do dividendo mínimo obrigatório do exercício, sobre o resultado apurado no 1º semestre, observando-se os requisitos prudenciais transitórios estabelecidos pelo CMN, por meio da Resolução nº 4.820, de 29.05.2020.b) Plano de Incentivo ao Desligamento (PID)

No período, o Banco instituiu um Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) destinado a empregados empossados antes de 2000, cujo início do benefício da aposentadoria pela Previdência Oficial tenha ocorrido até 12.11.2019 e tenham idade menor que 75 anos até o dia 31.12.2020. Foi fixado um limite de R\$ 53.007 de despesa para o referido Programa, já reconhecida nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais.

c) Declaração de Conformidade

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

d) Aprovação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais foram aprovadas pela Diretoria, por meio de reunião realizada em 03 de novembro de 2020.

NOTA 30 – Eventos Subsequentes

Até 03.11.2020, o Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) referido na Nota 29.b teve a adesão de 121 funcionários, com previsão de desembolso de R\$ 27.093.

Fortaleza (CE), 03 de novembro de 2020.

A Diretoria

Obs.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão sobre as informações financeiras intermediárias individuais

Ao
Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), individual, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias individuais e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 9 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de novembro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Renata Zanotta Calçada
Contador CRC-1RS062793/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso VI, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor das demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 30 de setembro de 2020.

Fortaleza, 03 de novembro de 2020

DIRETORIA: Romildo Carneiro Rolim – (Presidente) – Anderson Aorivan da Cunha Possa (Diretor de Negócios) – Bruno Ricardo Pena de Sousa (Diretor de Planejamento) – Cornélio Farias Pimentel (Diretor de Controle e Risco) – Hailton José Fortes (Diretor Financeiro e de Crédito) – Haroldo Maia Júnior (Diretor de Administração)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso V, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor do Relatório, exarado em 13 de novembro de 2020, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 30 de setembro de 2020.

Fortaleza, 13 de novembro de 2020

Romildo Carneiro Rolim – (Presidente) – Anderson Aorivan da Cunha Possa (Diretor de Negócios) – Bruno Ricardo Pena de Sousa (Diretor de Planejamento) – Cornélio Farias Pimentel (Diretor de Controle e Risco) – Hailton José Fortes (Diretor Financeiro e de Crédito) – Haroldo Maia Júnior (Diretor de Administração)